



DL-01

Ses. Esp. 19/09/08

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial sobre os agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, com o tema “Conjuntura Atual e Perspectiva das Relações de Trabalho das Categorias”. Vale salientar que esta sessão foi proposta por mim, deputado Zé Neto, mas por solicitação de diversas entidades daqui da Bahia, que vamos nominar e chamar para compor a Mesa.

Convido o Exmº Sr. Procurador Regional do Trabalho, Dr. Manoel Jorge da Silva Neto; (Palmas) o Sr. Chefe de Gabinete da Secretaria da Saúde do Estado, subsecretário da Saúde da Bahia, Dr. Washington Couto; (Palmas) Sr. Presidente da Febacs, nosso amigo Josivaldo de Jesus Gonçalves; (Palmas) nossa companheira representante da Frente Transparência, Srª Agente Comunitária Edna Maria; (Palmas) nossa companheira representante da Frente de Transparência dos Agentes de Combate às Endemias, Srª Ana Paula de Carvalho Medrado; (Palmas) nossa companheira, vice-presidente da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde, Srª Maria Lúcia de Santana Gutemberg; (Palmas) o representante do SindSaúde, Sr. Jamilton Góes (Palmas). Convidamos também para compor a Mesa o representante do Sindacs, Sr. Edvaldo Leite. (Vaías)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Pessoal, eu queria dizer apenas o seguinte: a nossa expectativa é de que não deixemos ninguém de fora do debate. Concordemos ou não com posições de determinados grupos ou setores, acho que, para fazermos democracia, temos que ouvir os antagônicos. Foi assim que construímos esse movimento e a sua identidade de democracia interna. É assim que estamos há 17 anos acompanhando este movimento.

Peço às companheiras e companheiros que vamos nos reservar a não vaiar, a não ter nenhuma atitude que possa macular esse processo de debate. Aplaudir, a gente aplaude; a vaia,



a gente guarda, porque são os movimentos que mostram o caminho, e no caminho se diz o que pensa cada um daqueles que estão dentro desse processo político.

Solicito silêncio ao Plenário, porque estamos iniciando os trabalhos.

Fui o proponente desta sessão e boa parte dos agentes que está aqui eu conheço sua história de vida nesses anos todos: são 17 anos. Está aqui Lúcia; o pessoal de Feira de Santana também está presente.

Nós construímos a primeira associação da história da Bahia. Naquele momento, o agente comunitário era uma experiência, e acompanhávamos aquela experiência como uma exigência, inclusive internacional, para que houvesse investimento na atenção básica à saúde, já que no Brasil não se pensava na atenção básica à saúde como investimento, pensava-se como um gasto. E é claro que o tempo mostrou que com o investimento em atenção básica, a cada R\$ 1,00 aplicado R\$ 5,00 são economizados na ponta.

Esse é um grande investimento grande para a saúde do Estado, para a saúde financeira dos governos e para a saúde das pessoas. Temos mostrado todos os dias o quanto é importante essa grande tarefa dos agentes e esse programa, que hoje é o maior do mundo.

Muitas lutas travamos, as primeiras foram para buscar a organização dos agentes comunitários de saúde em associações, sindicatos, federação e confederação. Acompanhamos de perto todo esse processo de construção das federações, da confederação, dos sindicatos e das associações, muitas delas transformadas em sindicatos.

Avançamos muito, tivemos muitos momentos de dificuldade, de atraso de salário, de corte de repasses, de risco de diminuição do programa, que, por si, mostrou ao mundo o tamanho, a dimensão e a importância dele. E crescemos.

Fomos ao embate para a regularização: primeiro, o reconhecimento, depois a regularização. Não conseguimos o reconhecimento com regularização. Infelizmente, conseguimos primeiro o reconhecimento no fim da administração Serra, vocês se lembram, quando ele era ministro no governo de Fernando Henrique.



Tínhamos um projeto, inclusive elaborado na Bahia. E Lúcia, na época, era da federação. Nós levamos o projeto à confederação, juntamente com o Sr. Roque e outros companheiros do Brasil inteiro. Fizemos quase que o mesmo texto da Emenda 51 e a encaminhamos, juntamente com Walter Pinheiro, que foi um companheiro e aliado de todo o tempo. Vocês sabem disso. E eles, naquele momento, não fizeram o reconhecimento geral, ou seja, o reconhecimento com a possibilidade de termos, com os municípios, a regularização. Conseguimos primeiro o reconhecimento da categoria, sem a regularização.

Mais adiante, no governo Lula, tivemos outros tantos embates. Inicialmente, o primeiro ministro do governo Lula foi Humberto Costa. E ocorreu um fato interessante - e alguns de vocês que estavam em Brasília viram: o ministro subiu no trio que colocamos ao lado do Ministério da Saúde e assumiu publicamente o compromisso de fazer com que a regularização dos agentes acontecesse naquele ano. Depois de um jogo político, Humberto sai. Entra outro ministro e encontramos algumas dificuldades.

Mais tarde, o próprio presidente Lula assume a frente desse movimento junto ao Senado, junto ao Congresso Nacional. Conseguimos a regularização, conseguimos manter os agentes comunitários que haviam sido selecionados como efetivos, e avançamos também quanto aos agentes de endemias que, até aquele momento, por uma fragilização da organização dos agentes de endemias, tinham situações muito voláteis, cíclicas. Acabamos vendo que naquele instante o passo foi dado para os agentes comunitários, mas também demos um passo decisivo para os agentes de endemias.

Isso aconteceu num momento extraordinário para nós. Conseguimos dar passos significativos. As lutas partiram para os municípios, para que eles buscassem a regularização. A essa altura, todo mundo no Brasil já conhece o tamanho e a força dos agentes. Os agentes já se reconhecem também como fortes dentro da estrutura dos municípios e da estrutura política. Acho que, acima de tudo, quem participa da comunidade sabe da importância de ter um agente comunitário. Não para ser cabo eleitoral, mas para ser formador de opinião, para fazer os



contrapontos, para agir no dia-a-dia com coerência. E buscamos todo esse tempo, junto aos municípios, essa regularização.

Já estamos no estágio em que a regularização acontece na grande parte dos municípios baianos, alguns não fizeram ainda as portarias, que acho que é um outro processo que temos que avançar para que essas portarias possam definitivamente fazer com que os agentes sejam funcionários públicos. Muitos municípios fizeram a lei, mas não fizeram as portarias. Até o momento em que a portaria não sai, o agente fica ali sofrendo aquelas dificuldades, que você sabe, e sendo incluso no quadro do município.

Lembro-me muito daquelas demandas anteriores, quando advogava lá para a federação, onde fizemos inserções em todos os municípios da Bahia, e muitos, no total de 60% de municípios na Bahia, cobravam o ISS de agente comunitário. E conseguimos reverter isso. Em seguida, viemos com outra luta, que era uma coisa absurda: grande parte dos municípios não recolhiam INSS apesar de tirar o dinheiro do INSS do agente e não recolhia. O que aliás, hoje, é um outro processo que estamos discutindo, o procurador Manoel vai colocar um pouco disso para nós, e vamos discutir isso, tem um setor próprio dentro da Procuradoria que está cuidando disso, a Secretaria tem também essa preocupação, e nós também temos, porque essa regularização previdenciária é importantíssima, para que vocês tenham as condições para a aposentadoria regularizada, saiam dentro de um conjunto de ações que dêem a vocês a condição plena de serem aposentados dentro do que vocês merecem, do direito que têm.

Então, neste instante a gente vive com os municípios demandas que passam, primeiro, por essa questão da regularização definitiva, que é fundamental, que são as portarias e os enquadramentos como funcionários públicos, para que possamos daí brigar por Plano de Cargos e Salários. Alguns perguntam: Zé Neto, o Plano de Cargos e Salários é o plano do Estado? Não, não é o Estado. Agora, à medida que nós somos contratados pelo município, digo nós porque me sinto muito à vontade com vocês, apesar de estar aqui presidindo esta sessão, sinto-me muito à vontade. Se tem uma categoria que, tanto eu quanto Walter Pinheiro, vocês conhecem, por quanto a gente andou pela Bahia, sinto-me muito companheiro de vocês,



e não tem essa história de deputado e agente, não. Sou chamado de Neto pela grande maioria, nem Zé Neto me chamam, chamam-me de Neto, de Zé, e acho que isso é que faz com que estejamos discutindo tranqüilamente quais são os caminhos.

Somos governo hoje, somos governo federal, quando ganhamos as eleições para o governo federal disseram assim: vão abandonar o barco! Não abandonamos, continuamos na luta e fomos para cima, inclusive no momento que foi preciso, do próprio governo federal para exigir que houvesse a Emenda 51, aprovada nos termos em que queríamos. Agora, estamos discutindo com o governo do estado, numa perspectiva bipartite, com quem de direito, para sabermos como é que vamos fazer para que se amplie cada dia mais participação do governo do estado e sua ajuda ao programa. Agora, a questão do município vamos ter que resolver, passa pela regularização definitiva das portarias, passa, e é uma outra questão importante para vocês se lembrarem, pela questão de se discutir qual vai ser o Plano de Cargos e Salários e como vai ser a inclusão de vocês dentro da máquina municipal.

Um outro aspecto que acho fundamental para não se perder de vista é o que se vai fazer com o que ficou para trás, não só de regularização previdenciária, mas o que vamos fazer com o que ficou para trás em todos esses anos de luta, de trabalho, que foram, evidentemente, conferidos e exercidos. E isso é um outro debate que temos que fazer.

E uma outra coisa que acho importante não se perder de vista, é quanto às portarias. A primeira portaria de 2007, a Portaria nº 1761, de 24 de julho de 2007, que determinou o repasse de R\$ 562 reais para os agentes comunitários de saúde a cada mês, pôde se sentir, em relação ao financeiro. E também fazer com que os agentes de endemias sejam atraídos para esse debate e possam ampliar os seus direitos. Mas, quero lembrar a vocês o seguinte: quando a portaria veio, boa parte dos municípios...

Quero anunciar aqui a presença do deputado Javier Alfaya a quem convido para participar da Mesa.

(...) Então, quando esses recursos vieram para os municípios - vamos lembrar que boa parte dos municípios já pagavam 13º,- aliás, esses recursos vieram do governo federal



desde 2002, os municípios pagavam férias com os recursos da atenção básica de saúde, que já chegavam nos municípios, não era nem do bolso propriamente, pagavam o 13º com o dinheiro federal, e as férias com o dinheiro do município, até a insalubridade, em casos raros, mas pagavam alguns.

Quando chega o incentivo, aí eu entendo, e disse isso agora ao meu amigo Manoel, que foi meu colega na Faculdade de Direito da UFBA. Quando eu participava de movimento estudantil, Manoel fazia parte daquele quadro de estudantes do movimento, e até participava de uma revista importante da época – *Ângulos* –, então eu disse a ele: se o dinheiro chega para os agentes e já existe, por parte do município, um repasse, isso, para mim, está incluso nos direitos dos trabalhadores agentes comunitários. São celetistas? Mais ainda, porque aí é irredutível.

Se chega um novo recurso não pode o município, digo juridicamente, estou terminando esse estudo agora, para que possamos passar para todos os agentes onde isso acontecia; não pode o município retirar o que já passavam para substituir com o recurso que chegou do governo federal, acho que aí vamos cair na irredutibilidade salarial. O que é isso? O que já está auferido como salário e como ganho salarial não pode ser modificado. Se o município já passava, porque substituiu? E colocou o dinheiro que tirou dos agentes?

(Palmas)

Nós, às vezes, vamos deixando acontecer coisas pequenas no dia-a-dia, tira 20 aqui, tira 10 acolá, não dá insalubridade e, quando pensamos que não, ficamos aqui uma categoria, não tenho dificuldade com relação a isso, para mim é questão de coerência histórica do que a gente fez. Alguns pensavam que quando chegássemos aos governos estadual e federal não chamaríamos para o debate como estamos chamando hoje e sempre chamamos.

Nós temos um papel importantíssimo na história deste País. Os agentes comunitários, além de agentes do dia-a-dia, eles são de juiz de futebol a psicólogo; de juiz de paz a assistente social, enfim, vocês estão de parabéns sempre pelo que representam na vida das pessoas. E há algo que vamos fazer: vamos partir com ações de representação ao



Ministério Público de cada cidade para questionar essa questão dos repasses, para que a gente não perca esses recursos que poderiam já estar inclusos, acrescentando e não substituindo. Eu costumo dizer que o que se dá não se tira.

Quanto ao outro debate com o governo do Estado, acerca dos repasses, conversei muito com Washington e Josevaldo; o governo ampliou repasses para o programa de saúde da família e está caminhando com a perspectiva de envolver todos os agentes nesse programa e fazer com que eles amanhã, ou em um prazo que quem vai colocar é o próprio Washington, estejam inclusos.

O dinheiro da atenção básica nós repassamos hoje para todos os municípios. O governo do Estado está fazendo isso, e essa informação eu tive seguramente. O que os agentes querem? Por que não chega diretamente aos agentes? Bem, o programa é federal e a contratação é municipal, o governo pode intervir até onde? O governo pode fazer o repasse de portaria diretamente com o agente? Quais são os impedimentos legais?

O governo pode fazer o repasse para o município e fazer a discussão com a atenção básica para que lá, com a bipartite, com os secretários municipais a gente consiga fazer com que isso seja uma realidade concreta e, dos repasses que são feitos para a atenção básica e para os agentes comunitários em toda a Bahia, especialmente os agentes da saúde da família, que esses recursos cheguem como repasse para o aumento dos subsídios dos agentes. Esse debate é o que não vamos deixar de enfrentar. Estamos aqui hoje para fazê-lo, para levá-lo às instâncias, para discutir as possibilidades, as autonomias e quem pode fazer.

Na questão dos agentes de endemias, não posso esquecer, nós temos um momento muito crucial. Como eu disse agora há pouco, é óbvio que os agentes de endemias não têm a mesma organização dos agentes comunitários. Nós, com os agentes comunitários, acompanhamos todo o processo de evolução, primeiro, porque era um programa estável. Os agentes de endemias passaram muitos anos... eu me lembro da dengue, vocês se lembram. Contratavam e, seis meses depois, colocavam todo mundo para fora. Aí, ficavam os mesmos e outros a depender do interesse político e, seis meses depois, contratavam; aí, faziam uma



seleção precária ou não faziam e isso foi criando essa diversidade de um movimento para o outro.

O movimento dos agentes avançou coeso, hoje, inclusive, acumulou, uma das coisas que temos visto e temos cobrado do governo do Estado. São quase quatro mil agentes que fazem curso de aprimoramento. Acho que esse aprimoramento, no curso da nossa história, aconteceu não só no âmbito profissional, mas sobretudo, e aqui eu tenho que abraçar cada uma das lideranças, às vezes, temos algumas divergências por alguma coisa ou por outra. Todo mundo sabe das divergências que já tive com Lúcia, Regivaldo e outros companheiros por uma questão de concepção, mas isso jamais vai tirar o meu reconhecimento, e faço como cidadão da Bahia, não só como deputado, a cada um e cada uma dessas lideranças que fizeram o movimento sindical e o movimento associativo, no avanço – como eu disse agora – sobretudo, da evolução política dessa categoria que amadureceu.

Hoje, qualquer agente, em qualquer lugar da Bahia, sabe onde as coisas estão assentadas e, neste instante desta audiência pública, temos até a necessidade de dizer a vocês que tenho ido ao interior e que é muito importante retomarmos com esse novos focos, inclusive nos mais relacionados ao processo de evolução profissional de categoria, agora, no processo de cargos e salários, no processo de construção de outros caminhos, de fazer com que os agentes de endemias também ampliem o nível de organização para que tenham condição de fazer com que esses agentes tenham os mesmos direitos dos agentes comunitários e evoluam no processo. Hoje, mais do que nunca, os agentes de endemias viram que é fundamental fazer esse processo e diminuir essa segregação. Os dois trabalham na atenção básica, os dois trabalham na comunidade, os dois podem compor muitas questões.

Eu queria encerrar falando sobre o que coloquei ontem para o governador e que já tinha colocado antes. É importante retomarmos todos os debates e que venham para dentro da Secretaria da Saúde, para fazer a discussão com o secretário da Saúde, com os municípios, com os prefeitos. E por que chamamos antes das eleições para este encontro? Porque daqui nós vamos sair com mais elementos sobre como estão as conjunturas de cada cidade e sair



com mais proposições para que cada um de vocês exija do candidato a vereador, a prefeito, de todos os candidatos por esta Bahia, compromisso com o que vocês estão buscando, especialmente no que tange à organização dentro do município, com cargos e salários, portarias definitivas, com os direitos que vocês têm do passado.

Então, essas temáticas, esses temas e essas discussões têm que caminhar nos próximos dias de forma mais contundente, para que cada um, para que esse que vocês vão dar, não digo isoladamente, mas esse voto de confiança que vocês vão dar a qualquer um quer seja o candidato no interior, seja um voto que corresponda também a um compromisso de que, a partir de janeiro, quando os novos prefeitos e as novas câmaras de vereadores forem postas aí, que os que se reelegeram afinem ainda mais o compromisso, e os que estão chegando tenham consciência do tamanho da tarefa que ainda temos para construir a vida com vocês.

Disse ontem ao governador da importância do agente, que é tão fundamental, e agora há pouco nós estávamos discutindo em Lençóis, essa semana, Dr. Washington, acerca do compartilhamento ambiental. O que é compartilhamento ambiental? O governo do Estado, sozinho, não tem condições de fiscalizar as questões ambientais, ou seja, fazer as autorizações, as permissões, as concessões e as licenças ambientais, e isso empata o desenvolvimento do Estado. Mas isso paralelamente tem que acontecer com a fiscalização, com a conscientização do meio ambiente, que vocês que entram na casa das pessoas conhecem a frente da casa e o fundo. Os políticos, normalmente, conhecem a frente, vocês conhecem da frente ao fundo, passando pelas salas, pelos quartos e pela vida das pessoas, pelo sentimento das pessoas, no dia-a-dia delas, e podem ser fundamentais nesses programas que estamos estabelecendo na Bahia com relação à Agenda 21, à proteção ambiental, à educação ambiental e a outros temas.

Sem dúvida, vocês são o maior programa mundial não apenas de saúde, mas também de cidadania e respeito à vida.

Vamos à audiência. É sempre um prazer recebê-los aqui. (Palmas)



4930-II

Ses. Esp. 19/09/08

Or. Edna Maria

Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às endemias.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Iremos ouvir a representante da Frente de Transparência, a nossa companheira Edna Maria, agente comunitária de saúde.

A Sr^a EDNA MARIA:- Bom-dia a todos os colegas e companheiros de luta do dia-a-dia; bom-dia participantes da Mesa, quero agradecer ao companheira Zé Neto por ter nos dado a oportunidade de fazer este debate nesta Casa, trazendo a consciência de uma coisa que o Estado já tem conhecimento, que é a falta de cumprimento das portarias, ou seja, dos direitos que os agentes estão conquistando; à Comissão de Saúde, na pessoa do deputado Javier, por ter acompanhado e nos dado este espaço que esta Assembléia vem dando atualmente; e ao Ministério por estar acompanhando essa discussão.

No primeiro momento, a Frente da Transparência vem fazendo, aqui em Salvador, uma discussão a respeito do direito do agente. Estamos trazendo uma discussão em nível da Bahia sobre a tal despreciação, porque muito se fala dela, de se construir, entretanto todos sentimos na prática, no dia-a-dia e na pele que não é bem assim. Então, diante disso, estamos lançando uma proposta. O nosso representante maior de luta deveria estar aqui neste momento cumprindo esse papel, mas, como ele não está, temos essa representação, pois somos os legitimadores dessa luta, nós profissionais que estamos sentindo isso e necessitando travar essa batalha.

Então, como sabemos que já existe um grupo de trabalho, estamos lançando uma proposta para esta Casa abra um espaço que permita a outras pessoas, além das que já estão aqui, participarem desse debate sobre a despreciação.

Ora, como podemos falar sobre despreciação, quando temos problemas com o FGTS, como o próprio deputado disse, e o INSS, quando o tempo de serviço dedicado a um



município não está sendo legitimado? Como podemos falar de desprecarização quando projetos não são direcionados a quem de fato merece?

Fala-se de agente comunitário, de PSF, de PACS, mas não se fala do combate a endemias. Nós profissionais temos que tomar a consciência de que hoje a realidade do Programa de Agentes de Combate a Endemias é diferenciado. Somos nós os responsáveis por mostrar isso ao Estado, tendo em vista que somos profissionais. Quando digo nós, não é porque sou agente comunitário nessa área, refiro-me à minha condição profissional, à minha categoria.

Em 2006 conseguimos colocar o nome de agente comunitário de combate a endemias na Constituição Federal. Isso é muita coisa: somos profissionais e merecemos respeito. Queremos mostrar essa realidade, pois é uma lei bonita que corrigiu um erro praticado há muito tempo no País, mas essa correção não está sendo aplicada. De quem é, de fato, o legitimador disso? De quem é esse legado? Nós somos os responsáveis. Temos que acompanhar de perto, por isso estou colocando com ênfase a questão do GP. O Sindacs, o Febacs e outras pessoas estão nessa discussão, mas quem realmente discute a situação do agente?

Vemos a cartilha, mas ela não está sendo tão boa assim, não foi bem construída. Há muitas coisas ali que poderiam ser cobradas e muita coisa para ser corrigida.

Agentes de combate às endemias, vou bater nesse foco porque é o fundamental hoje. O deputado Zé Neto falou do agente comunitário, e nós temos portarias e mais portarias que nos dão direito, só falta a gente buscar e reivindicar. Mas o agente de endemias, a gente quer organizar a categoria, porque uma categoria organizada jamais será vencida (Palmas). É através da organização que alcançamos as metas maiores; é através da organização que podemos brigar e lutar pelos nossos direitos. O Estado está fazendo a parte dele; cabe a nós profissionais nos organizarmos e buscarmos isso.

Hoje, o agente de endemias é tanto profissional fixo quanto o comunitário. O direito que o comunitário tem, o endêmico também tem. Mas a gente tem que vestir a camisa e ir à



luta. A gente está vendo aí a precarização - os chamados concursos públicos no Estado da Bahia, a maioria, se não todos, foi fraudada; todos estão com processo jurídico para nulidade. Aí, a gente se pergunta: onde está a responsabilidade do município e do Estado em relação a isso? Então, cabe a gente buscar isso; cabe a gente se organizar e efetivar para que esses direitos sejam compromissados.

(Palmas)

(Não foi revisto pelo oradora.)



4931-II

Ses. Esp. 19/09/08

Or. Josevaldo

Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às endemias.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Vou passar a palavra ao nosso companheiro Josevaldo.

O Sr. JOSEVALDO:- Bom-dia a todos e a todas!

Quero cumprimentar a Mesa na pessoa do deputado José Neto, bem como também as companheiras de luta Maria Lúcia Gutemberg, vice-presidente da Confederação Nacional; a companheira Edna, da Força da Transparência; o deputado Javier Alfaya; e parabenizar o deputado Zé Neto por esta iniciativa de grande importância para a nossa categoria, de estar discutindo os rumos da “desprecarização”, o efeito que até o momento está surtindo aqui no Estado da Bahia, e podermos ter esta oportunidade de discutir com vocês, que vieram de tão longe, de vários municípios, para que a gente possa estar ainda este ano e no ano que vem colocando em prática várias ações que são pertinentes e ainda estão sem uma solução definitiva.

Há muito tempo, nós, principalmente a Federação, vimos lutando para que pudéssemos chegar onde estamos hoje. O que conquistamos até hoje foi de um valor imenso, até mesmo porque participamos recentemente da 3ª Amostra do PSE, em Brasília, e pudemos testemunhar e verificar que outros Estados não estão com o avanço que está hoje o Estado da Bahia. E, aí, foi pensando nessa situação que nós, da Federação dos Agentes Comunitários de Endemias, solicitamos, logo que Wagner assumiu o governo e com Jorge Solla também na secretaria, que pudéssemos criar esse grupo de trabalho que já vinha na luta com o governo passado, o qual não concordou.

Esse grupo de trabalho foi composto e tem a participação do Ministério Público do Trabalho, do Conselho Estadual de Secretários Municipais de Saúde, da própria Sesab, a participação da Federação e, inclusive, de representação da própria CUT e do Sindacs. Na



realidade, o grupo não teve mais reuniões. Há cerca de um ano mais ou menos, não se reúne. Mas a cartilha que foi produzida naquele momento foi para que se pudesse dar um norte à questão da seleção, de como teria de ser a seleção, qual o caminho que teria de ser tomado. Por quê? Porque estava tudo aleatório, e, se não me engano, já é a quarta edição da cartilha, a quarta versão no caminho e que veio mudando algumas coisas.

Na realidade, colegas, aqui no estado da Bahia temos cerca de 90% , acho que 95% dos municípios que já efetivaram, criaram suas leis. Temos ainda um grande número de colegas agentes de endemias que não teve ainda ainda a sua situação resolvida, temos também um grande número que já fez a seleção, e como Edna colocou são seleções discutíveis judicialmente, inclusive até na questão da própria prova, que não foca a atividade do agente de endemias, que não foca a atividade do agente comunitário de saúde.

Mas hoje sentimos uma necessidade de estar, sim, discutindo o Plano de Cargos e Salários, como foi bem colocado e discutido por Zé Neto. Mas temos de estar discutindo a questão do financiamento. Por quê? Porque hoje o Ministério da Saúde manda R\$ 581,00 reais, que, na realidade, não é o salário do agente comunitário de saúde, está dizendo que é um incentivo, mas que não se reflete nos municípios. Por quê? Porque os gestores, e aí, Zé Neto, era importante que estivesse aqui presente o Cosemes para discutir conosco aqui a questão da política salarial, porque o dinheiro vai para o município e lá o que é que acontece? O gestor tira a parte dele, maior, que é a parte do patrão de 21%, não paga insalubridade e dá um salário de fome para os agentes. Ainda tem município que desconta o ISS.

Então, queremos aqui nesta sessão sair com propostas claras, porque já estivemos outras vezes aqui na Assembleia, foi importante, mas hoje precisamos de ter propostas claras. E se for o caso, com datas marcadas para discutirmos com a Sesab. Sobre o quê? A questão do incentivo, o repasse que a Sesab faz para os municípios, que os gestores não compreendem que esses R\$ 1.500,00 por equipe de saúde da família é para dali tirar algum incentivo para os agentes comunitários de saúde e nenhum outro profissional. E não é dessa forma que os municípios entendem.



Então, entendo que temos, sim, Edna, de reativar, de reconvocar esse grupo de trabalho. E é importante inserir outros atores sim. Mas o que temos como proposta da federação, que já vem propondo há muito tempo ao Estado, é que o Estado entre com um incentivo direcionado para o agente comunitário de saúde. (Palmas.) Porque não adianta esse dinheiro, esses R\$ 1.500,00 reais irem para o município para ser aplicado na política de atenção básica, quando, na realidade, não vamos ver nem o cheiro.

Então, o que queremos referendar e reafirmar é que o Estado possa repassar, não vou dizer aqui o percentual, mas um valor direcionado aos agentes comunitários de saúde e aos agentes de combate às endemias.

(Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)



4932-II

Ses. Esp. 19/09/08

Or. Ana Paula de Carvalho Medrado

Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às endemias.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Quero registrar aqui a presença de Márcio Neri Montagil, coordenador dos agentes de endemias da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas; Maria de Fátima Carvalhal de Matos Assis, coordenadora dos agentes de saúde de endemias da Secretaria de Saúde de Lauro de Freitas; Aline Squiel Aquino, diretora de Ação Básica da Secretaria de Saúde de Lauro de Freitas; Antônio Alves da Silva, agente de endemias da Secretaria da Saúde; Antônio França Teixeira, conselheiro do do Tribunal de Contas do Estado - TCE-BA, que não pôde vir.

E quero agradecer à presença do Sr. Marcos André Sampaio de Matos, gerente de Auditoria do TCE.

Registro também a presença do nosso vereador Oliveira. (Palmas)

Vamos ouvir a companheira Ana Paula de Carvalho Medrado, representante da Frente de Transparência dos Agentes Comunitários e de Endemias.

A Sr^a ANA PAULA DE CARVALHO MEDRADO:- Bom-dia à Mesa, bom-dia a todos os colegas aqui presentes. Somos verdadeiros guerreiros por estarmos aqui hoje.

Quero, também, agradecer ao deputado Zé Neto, da Comissão de Justiça, e ao deputado Javier Alfaya, presidente da Comissão de Saúde. Todas as vezes que solicitamos esta Casa, buscando melhorias para a nossa categoria, ela esteve de portas abertas, e sempre esteve empenhada em nossa luta por anos a fio. Agradeço à presença do procurador, Dr. Manoel Jorge, que, no momento de dificuldade por que estávamos passando, abriu as portas da Procuradoria. Com certeza, de lá para cá muita coisa mudou dentro da nossa categoria.

Quero agradecer também ao governo do Estado pelo empenho em nos ajudar a cobrar dos municípios que seja cumprida a “desprecarização”, como já foi dito pela colega Edna e pelo deputado Zé Neto.



Entristece-me ouvir hoje que a categoria de endemias tem que se organizar! Na verdade, sempre fomos organizados, o que faltou foi um pouco mais de empenho e comprometimento dos nossos representantes. Porque temos uma lei, a Emenda 51, que acrescenta o § IV ao art. 198 da Constituição Federal, que diz que o processo seletivo, mesmo que não tenha sido publicado em Diário Oficial, mas ao qual seja declarado o reconhecimento das entidades federativas, seja estadual, municipal ou federal, será aceito.

Na verdade, faltou o empenho, o comprometimento de ir buscar o reconhecimento desses órgãos, porque passamos por um processo seletivo. Todos que estamos aqui estamos conscientes disso. Dói dentro da gente saber que, hoje, estamos passando por esse sofrimento. E a nossa tristeza maior é saber que colegas que lutaram tanto por esse trabalho, quando não era ainda reconhecido como profissional, e que já têm de 7 a 11 anos lutando, que hoje, quando fomos reconhecidos por uma lei, não tiveram o prazer de desfrutar, porque, infelizmente, não houve quem lutasse por nós.

Mas quero dizer: agora estamos organizados, sim. E a partir de hoje, desta sessão especial, vamos sair daqui com a proposta de que seja aprovada a PEC nº 4.905, que inclui os agentes de endemias, para que possam receber o mesmo benefício dos agentes comunitários de saúde. (Palmas)

A Lei nº 11.350, quando veio, veio para unificar a categoria e não para separar.

E também digo a vocês, meus colegas de endemias e agentes comunitários de saúde: agora não é hora de dividir, é hora de unir, porque só vamos chegar a algum lugar se estivermos unidos. (Palmas)

E quanto ao concurso público, a Lei nº 11.350, em seu artigo 9º, deixa bem claro que a seleção pública tem que ser feita dentro das atribuições dos profissionais, e isso não ocorreu em vários municípios. Aliás, em todo o Estado da Bahia isso não ocorreu. E eu digo que faltou comprometimento da representação, porque poderia, sim, fazer o papel que fizemos, que foi chegar no Ministério Público e dizer: isso aqui não condiz com a minha atribuição, eu não aceito isso, eu quero a anulação do edital. (Palmas)



E isso fizemos, nós somos organizados, sim. Saímos nove horas da noite do Ministério Público, estivemos com a Dr^a Delamare Melo, levamos todas as nossas atribuições e dissemos a ela que informática não tinha nada a ver com as nossas atribuições, que exame de colinesterase não deveria estar citado num edital como eliminatório, porque há anos que não fazemos exame de colinesterase e nem recebemos equipamentos adequados para o trabalho. (Palmas)

Sem contar que, hoje, muitos de nós estamos doentes por falta de equipamentos de trabalho. E eles colocam para eliminação do candidato exames que - eles sabem disso - iriam causar e detectar esse tipo de problema. Então, acredito que não é dessa forma que se reconhecem o empenho e o trabalho de uma categoria que vem lutando e trabalhando anos a fio sem ser reconhecida.

E o que quero dizer para meus colegas é que devemos nos unificar. Vamos nos unir, partir para a luta, vamos perder o medo. Estou triste porque eu sei que a maioria é de Salvador. Muitos poderiam estar aqui hoje, mas não estão porque falta organização, há uma parte do grupo que cuida de endemias que falta organização. Precisamos, na hora de irmos para luta, esquecer que a manhã ou a tarde não vai ser abonada. Ah! eu só vou se o sindicato disser que esse falta vai ser abonada. Esqueçam isso, se a gente não partir para a luta e não perder R\$18,00, que é o valor do nosso dia, ou R\$9,00, que é o valor da nossa manhã, não vamos chegar a lugar nenhum. Muitos chegam num bar e pagam R\$ 10,00 em duas cervejas, mas não querem perder R\$4,00 para estar aqui lutando por seus direitos.

Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



4933-II

Ses. Esp. 19/09/08

Or. Jamilton Góes

Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às endemias.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Muito bem. (Palmas) Essa é a Ana Paula.

Vocês estão neste movimento todo aí. E hoje, sexta-feira, vejo esta Casa cheia. Não tínhamos pauta, conseguimos marcar este encontro para sexta-feira e me disseram: olha, dia de sexta-feira, normalmente, não dá ninguém. E eu disse: eu conheço meu povo, sei da força que tem e a gente ainda tem muita história para construir nesse interiorzão.

Com a palavra Jamilton Góes, do SindSaúde.

O Sr. JAMILTON GÓES:- Bom-dia aos companheiros e companheiras presentes. Como o tempo é curto, não vou nominar todos os companheiros da Mesa, mando um abraço a todos e a todas, principalmente ao deputado e companheiro Zé Neto que teve a brilhante idéia de convocar esta audiência pública para discutirmos um assunto tão importante para este Estado e para este País sobre agentes de endemias e agentes comunitários de saúde.

Eu tive a felicidade, por curto espaço de tempo, de presidir esta categoria em Salvador e sei da luta, da pujança e do comprometimento que tem este grupo de trabalhadores e de trabalhadoras com a saúde do nosso povo. E o que me deixava bastante feliz, principalmente nas nossas reuniões, é quando chamávamos estes trabalhadores e trabalhadoras para falar, na grande maioria das vezes, sobre salários, eles queriam discutir segurança que é, deputado Zé Neto, uma das coisas mais importantes para essas trabalhadoras que se sentem ameaçadas quando entram numa casa para conversar ou combater as endemias, as larvas que causam a dengue, a raiva e outras doenças. Elas, às vezes, são assediadas sexualmente por aquelas outras que estão dentro das casas. Em geral, são duas mulheres que entram nessas casas, sentem-se pressionadas e são assediadas. Já houve até momentos em que mulheres foram estupradas dentro de muitas casas. Essas pessoas reclamaram com seus chefes diretos, muitas vezes, eles nada fizeram para acabar com isso.



Já fizemos diversas vezes discussões com quem de direito, e naquela época podíamos conversar diretamente com a diretoria da Real Sociedade Espanhola de Beneficência, no sentido de proteger mais seus trabalhadores, e eles também nada faziam para acabar com tudo aquilo.

Algumas vezes mandamos documentos para a Secretaria Estadual da Saúde, discutimos também com a Prefeitura Municipal do Salvador, e eles também consideravam impossível a solução de um problema que nós considerávamos tão fácil. Muitas vezes as pessoas mandavam um homem para essas casas, como se homens também não fossem assediados por quem está dentro das casas. Claro que os homens também são assediados, tanto quanto as mulheres.

Mas é muito difícil quando há uma só pessoa. Um homem e uma mulher ou dois homens reduziria bastante o risco para esses trabalhadores e trabalhadoras que se arriscam a cada dia, às vezes, a ser até por mordidos por cachorros. E aqueles que tinham amplas possibilidades de combater o problema cruzaram os braços.

Deputado Zé Neto, os policiais, para subirem os morros até os guetos, em seu trabalho de prender marginais, usavam roupas de agentes comunitários de saúde. Assim tentavam prender os que cometiam qualquer delito nesta capital. E na maioria das vezes, quando os verdadeiros agentes chegavam para fazer o trabalho se sentiam impedidos, porque os marginais imaginavam que aquelas pessoas fossem policiais travestidos de agentes de combate ou agentes comunitários.

Então, deputado Zé Neto, que esta audiência pública possa levar aos trabalhadores e trabalhadoras desse programa de tamanha importância, que já não é mais programa, toda a segurança que seja possível levar, ou melhor, o fim dos assédios moral e sexual. Que seja o início da fase da segurança para que possam desempenhar o trabalho muito bem. Que seja efetivado um projeto para que esse combate, neste exato momento, seja feito.

Muito obrigado a todos. Vamos à luta. (Palmas)



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

(Não foi revisto pelo orador.)



4934-II

Ses. Esp. 19/09/08

Or. Maria Lúcia Gutemberg

Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às endemias.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto): Na hora em que- cheguei aqui, olhei e não vi direito todo mundo, porque o Plenário está cheio. Depois, observei melhor e o vi sentadinho ali, escondidinho. Venha pra cá, rapaz, venha aqui pra mesa, Sr. Roque Honorato, venha fazer parte da nossa Mesa, porque em toda mesa, quando se estiver reunido para discutir qualquer tema relacionado ao agente comunitário, de endemias, nessa luta esse companheiro sempre vai ser bem-vindo, chamado e homenageado. É o presidente de honra da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde. E o cabra é bom! Esse aí eu conheço, e eu era menino, e já era isso aí mesmo.

Vamos ouvir a nossa combativa companheira de anos e anos de luta dos agentes comunitários, representando a Confederação Nacional dos Agentes Comunitários, Lúcia Gutemberg.

(Palmas, muitas palmas.)

A Sr^a MARIA LÚCIA GUTEMBERG: Bom dia, companheiros!

Gostaria de saudar a Mesa em nome do deputado José Neto e as demais companheiras, saudar também o Dr. Washington, aqui representando a Secretaria de Saúde do Estado.

Neste momento fiquei super emocionada porque eu vejo que a luta do agente comunitário é uma coisa muito linda. Vocês imaginem que, às vezes, entro em desespero e digo: não quero mais estar na luta, na batalha. Mas, quando a gente chega em um momento como esse, e sentimos na pele a luta que nós travamos durante 16 anos, passando fome na estrada, sendo assaltados, tendo que mendigar dentro do município R\$1,00 dos colegas e da própria comunidade, para conseguir chegar aqui, ainda assim, mesmo com os projetos tendo sido aprovados nos seus municípios, as dificuldades que temos, porque a falta de respeito dos



gestores, ainda continua, com os agentes comunitários. O salário que não é o que nós merecemos, não é isso? E, no entanto, a gente está aqui.

Isso mostra, gente, que a nossa luta está começando agora. É ou não é?

(Todos respondem: é.)

A nossa luta está começando e o que eu acho bonito é que não pode parar, com certeza, e o que acho bonito é que a gente continua, mesmo discordando ou não de alguns, mas na hora da chamada está todo mundo junto, e é assim que a gente deve permanecer. A luta do agente comunitário...

(Palmas, muitas palmas)

(...) a luta do agente de endemias, ela tem que ser muito maior do que o sentimento de “a” ou “b”. A gente tem que se fortalecer no movimento, estar juntos para conseguirmos o salário que nós merecemos, porque sabemos, gente, que cada município é uma realidade diferente: tem município que paga R\$800,00; tem municípios, como o nosso, que a base ainda é R\$415,00, e isso a gente não pode deixar acontecer.

Temos 20% de insalubridade? Temos. Mas nós queremos é o salário base como salário digno. Nós queremos que o tempo de 16, 17, 18 anos seja reconhecido. O que nós queremos, enquanto Confederação, é que os agentes comunitários e agentes de endemias tenham direitos igualitários, a nível de Bahia não, a nível de Brasil, porque agente comunitário e agente de endemia é igual no país inteiro, a própria emenda 51 já garante isso.

Nós temos que trazer essa unidade, fortalecer e buscar a experiência de outros Estados.

Por exemplo, o Estado da Paraíba reconheceu, deputado Zé Neto, os 16 anos da existência do agente comunitário da saúde, porque a partir da lei, todos não são considerados agentes comunitários e de endemias? Nós não já passamos por todo o processo? Então? Eu acho que esse reconhecimento não se deu por vontade política. Eu passo por isso no meu município, muitos aqui também; mas porque perdemos uma batalha vamos desistir da guerra?

(A platéia responde: Não!)



Não podemos! A ordem é caminhar, a ordem é lutar!. E eu tenho certeza que nós temos esse potencial de nos fortalecer e conseguir chegar lá.

O Estado do Ceará assumiu a grande maioria dos agentes. O que realmente temos de estar discutindo é essa questão da lei, buscar esse grupo de trabalho e fortalece-lo, dentro desta Casa. Deixo aqui a proposta para que ela seja incluída. Solicito ao presidente da Federação, Josevaldo, a representação em nível estadual e a Confederação, para que se integrem a esse grupo e possamos buscar resolver essas questões pendentes da nossa categoria, porque a nossa luta está começando agora e ela não vai ser fácil.

A Confederação Nacional tem propostas para o próximo ano, já que demos uma pausa por causa das eleições, de retomar nossas caminhadas à Brasília. Espero que todos aqui estejam atentos a esse detalhe, porque não é de conhecimento da grande maioria, que estamos lutando por Plano de Cargos e Carreira em nível nacional e lutando também pelo reconhecimento dos anos trabalhados, de suma importância para nós.

Eu quero agradecer à Casa esta oportunidade e dizer que a Confederação está à espera de um convite para que possamos discutir essas questões que foram aqui pautadas.

Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



4935-II

Ses. Esp. 19/09/08

Or. Edvaldo Santana

Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às endemias.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Quero dizer a Lúcia e a todos(as) que, encerrando as eleições, já temos agendado 5 encontros regionais com a nossa turma de sindicatos e organizações, que deve passar pela Confederação e Federação e por todos os outros sindicatos que representam a categoria.

Acho, Lúcia, que você está certíssima. Após esse processo eleitoral penso que é o momento oportuno de retomarmos, inclusive com todos os agentes e as representações, buscando cobrar as faturas, que devem ser postas, agora, nesse momento eleitoral, como reivindicação, para que as propostas seja assumidas, não só como propostas, mas como convicções daqueles que irão receber de nós a confiança.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Com a palavra o companheiro Edvaldo Santana, que representa o Sindacs.

(O plenário se manifesta vaiando.)

O Sr. EDVALDO SANTANA:- Eu saúdo o presidente, deputado Zé Neto e todos os demais companheiros da Mesa.

Eu aceito as vaias, até porque o nosso presidente, num grande evento, foi vaiado por aqueles que inclusive o elegeu. Penso que as vaias são bem-vindas, mas acho que não devemos dar brecha ao Estado, ao governo, porque tudo o que está sendo colocado aqui para a nossa categoria diz respeito também à ação de cada um.

Eu acompanhei o discurso do deputado Zé Neto e concordo com ele. Nas eleições todos nós somos lembrados. Quando eu pegar o microfone, alguns colegas podem não aceitar, os deputados e vereadores podem não aceitar, mas é verdade. Sabe por quê, deputado? Aqui se fala que os agentes de endemias não estão organizados. Estão. Este sindicato, quando foi



constituído, foi constituído com base em muita crítica, mas ele se constituiu, ganhou nome e respeito em nível nacional.

Quando este sindicato foi para Brasília, lutar juntamente com as demais entidades, ele defendeu esta categoria, porque não queriam colocar na emenda 51. Agora, temos pendência de portaria, sim. Portarias que só abrangem os agentes comunitários de saúde, que é a minha categoria.

Mas há de se entender que as portarias vêm com iniciativa também dos nossos governantes. É preciso se ver que os 581 que vêm do governo federal vêm numa portaria específica, que não discrimina, de fato, os agentes de combates às endemias. É preciso que nós, assim como os governantes, tenhamos mais atenção porque o que foi colocado aqui pelo presidente do centro de saúde é verdade.

Ultimamente, estamos recebendo denúncias de estupros de agentes, como ocorreram em alguns municípios. Alguns são agentes de combate às endemias e outros são agentes comunitários de saúde. Mas as ações que precisam ser fundamentadas a favor desses agentes não estão sendo concretizadas. As lutas das entidades para que os governos dos municípios acatem as reivindicações muitas vezes são engavetadas.

Há pouco tempo, um exemplo em Salvador: tenho sete colegas agentes comunitários de saúde pedindo demissão, porque a polícia, na semana passada, quando entrou na favela, exigiu que o agente o levasse ao traficante. Mas nosso Estado, nosso município não vê isso. Então, deputado Zé Neto, é louvável a questão da iniciativa. Mas é preciso que quando saíamos daqui, possamos botar em prática todas as iniciativas que foram colocadas.

É preciso que a categoria se sinta segura para solicitar aqui melhores salários. Mas não é só melhor salário. É a questão da segurança, do respeito a esses profissionais, que não existe por parte de alguns.

Louvo mais uma vez a iniciativa porque isso faz com que a nossa categoria aqui se apresente e manifeste diversos pensamentos, entre eles a questão única: reconhecimento dos



seus valores. Na questão da nossa emenda constitucional, temos que ver, deputado, que depois das eleições, como o senhor colocou... (Tumulto no plenário, o orador é vaiado.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Pessoal, posso discordar, como todo mundo pode discordar do que quiser. Mas a gente deve sempre amar a possibilidade de o outro se manifestar, porque senão a gente não vai saber o que o outro pensa. Então, peço a vocês que aguardem o encerramento da manifestação do companheiro. Temos que ser democráticos.

Edvaldo, para concluir.

O Sr. EDVALDO SANTANA:- Encerrando a minha fala, que as ações propostas pelo deputado, diante dos municípios que não estão acatando a contratação dos agentes comunitários, dos agentes de combates às endemias, e a questão da implementação dos 581, sejam de fato iniciadas após as eleições, como o deputado Zé Neto colocou.

(Não foi revisto pelo orador.)



4936-II

Ses. Esp. 19/09/08

Or. Roque Honorato

Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às endemias.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Vamos encerrar esta fase de ouvir a Mesa. Agora vamos ouvir, por 20 minutos, cada um dos nossos palestrantes do Ministério do Trabalho, o procurador do Trabalho, nosso companheiro Manuel, depois o nosso sub-secretário, Washington Couto. Vamos ouvir o Sr. Roque Honorato. (Palmas)

O Sr. ROQUE HONORATO:- Companheiros e companheiras, agentes comunitários de saúde, o meu bom-dia, já boa-tarde, não é? (Palmas) Neste momento, com muita satisfação, saúdo a Mesa na pessoa de quem eu aprendi a gostar. Começamos a nos conhecer há 5 anos e tenho a honra de tê-lo como amigo, doutor Washington Couto. (Palmas) Também a minha saudação aos colegas agentes de endemias. (Palmas) Saudação também a outras autoridades presentes ou representadas.

Vou ser rápido e objetivo. Ok? (Palmas) Há anos, deputado Zé Neto, tivemos a oportunidade de chegar a vários eventos. Ouvi alguém dizer para a gente: “Não sei para que o governo quer vocês. É apenas um trabalho eleitoral que está acontecendo por aí. Vocês vão ser cabos eleitorais de todos os gestores que existem por aí.” Deputado Zé Neto, sempre retruquei isso, falando no popular, e disse que não, que a gente de maneira nenhuma iria se prestar a um serviço de cabo eleitoral. Com o passar do tempo, também tivemos oportunidade, nas nossas andanças, de dar início a uma luta em que nós mesmos não acreditávamos. Muita gente chamava o Sr. Roque Honorato de maluco, chamava o Sr. Roque Honorato de turista, chamava o Sr. Roque Honorato de presunçoso, no entanto o Sr. Roque sempre dizia: “Eu acredito naquilo que faço.” (Palmas) “Eu acredito naquilo que tenho certeza de que irá acontecer se houver luta.”

Neste momento, não vou mais ser repetitivo na questão do salário unificado, o que já estamos pleiteando há muito tempo. Quero falar para as nossas autoridades, principalmente



aos deputados que estão aqui presentes, que precisamos unir força para que haja condição de trabalho para todos nós, agentes comunitários de saúde e agentes de endemias. Ainda não estamos tendo isso. O GT - não só estadual, mas o federal também - ainda não parou para discutir isso. Então, coloco para todas as autoridades aqui presentes que precisamos unir forças com gestores, com o Poder Judiciário para que haja também condição de trabalho para os nossos agentes comunitários de saúde.

Disse que iria ser rápido e objetivo. Teria muita coisa para falar, mas vou deixar para falar em uma outra oportunidade, se Deus assim permitir. Estaremos falando de muita coisa no município de Valença, na última semana de novembro, com a ajuda de Deus e de todos nós.

Muito obrigado. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Este é seu Roque.

(Não foi revisto pelo orador.)



4937-II

Ses. Esp. 19/09/08

Or. Javier Alfaya

Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às endemias.

O Sr. PRESIDENTE(Zé Neto):- Agora vamos ouvir o presidente da Comissão da Saúde deputado Javier Alfaya. (Palmas)

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Bom-dia, companheiras e companheiros.

Salve a luta de vocês, grande exemplo de mobilização, consciência e compromisso com a Saúde pública, com o fortalecimento do Sistema Único de Saúde do qual vocês são uma das principais trincheiras avançadas e que são a base de um sistema que nosso País sofre permanentemente com ataques por parte daqueles que entendem a Saúde e todas as atividades que envolvem a política ampla de Saúde, como uma ameaça aos lucros que grandes grupos econômicos obtêm explorando uma visão mercantilista da Medicina e de todas atividades correlatas a ela que se vinculam aos Programas de Saúde em nosso País.

Os agentes de endemias, comunitários, categorias irmãs e próximas, são a base de um sistema que tem como fundamento levar as conquistas da Saúde a todos os recantos do nosso país, a todos cidadãos e cidadãs, fazendo com que um dia, de fato, nosso sistema de Saúde seja como nós queremos: universal e de qualidade. Essa é a bandeira defendida aqui pelo Dr. Washington, em nome da Sesab, pelos sindicatos que aqui se manifestaram, pelo companheiro Zé Neto e por mim enquanto presidente da Comissão de Saúde e Saneamento desta Casa.

É muito bonito ver a Assembléia cheia. Não é a primeira vez que vocês enchem esta Casa. Já houve outras atividades também convocadas por Zé Neto, convocadas por mim, sessões especiais, audiências públicas, e a presença de vocês só demonstra a renovada energia que as 2 categorias têm em prol da conquista das suas reivindicações, dos seus direitos. E esse compromisso com a luta do Sistema Único de Saúde e a qualidade do sistema formal de saúde que temos que alcançar na Bahia e no restante do Brasil.



Eu tenho viajando muito na condição de deputado estadual, assim como o companheiro Zé Neto que é um dos mais atuantes, combativos e ativos desta Casa e tenho constatado tudo isso que de irregular e complicado vocês já colocaram e não quero repetir. E o que me salta os olhos, o que acho que fica evidente, é um assunto que Zé Neto comentou rapidamente na sua fala inicial e que tem a ver com o compromisso das prefeituras.

Vamos escutar agora o sub-Secretário da Saúde do Estado, chefe de gabinete do Dr. Solla, vamos ouvir o que pensa a Sesab acerca dos pleitos aqui colocados. Mas o sistema além de se assentar na política do governo federal e do governo do Estado, ele necessariamente se assenta na política de saúde dos municípios. Se não tivermos um compromisso em nível municipal, em nível das prefeituras, e vocês sabem sobre isso muito mais do que eu, dificilmente em instâncias superiores vão poder implementar completamente a política adequada que as categorias reivindicam.

E eu tenho encontrado situações completamente absurdas pelo interior da Bahia. Prefeituras que o que fazem, na verdade, é enrolar, enganar, tanto os profissionais como a população que deveria ser atendida e servida pelos profissionais. Então temos que acabar com essa sucessão de confusões, imbróglio institucional que ainda não se desenrolou completamente, apesar da 1ª, 2ª e 3ªs cartilhas que já foram comentadas aqui, mas continua havendo imbróglio institucional sobre os valor dos repasses, a velocidade, compromisso, quantidade, a participação do Estado complementando o governo federal, a participação em contrapartida das prefeituras.

Acho que tudo isso se resolve com persistência, luta, pressão e nossa atuação aqui na Assembléia Legislativa, e também resolvendo adequadamente o desafio que temos agora no dia 5 de outubro.

Vejo prefeituras pelo interior da Bahia, aqui evidentemente em Salvador, confusões homéricas, tremendas com relação à prestação de serviço dos companheiros e companheiras. Se não tivermos prefeituras comprometidas com a saúde pública, com o respeito aos direitos



trabalhistas de vocês, muito dificilmente, mesmo com toda pressão, nós vamos obter aquilo que queremos.

Faço esse apelo, essa reflexão porque é de se assustar, é de ficar pasmo com o que assistimos em termos de desorganização, descompromisso, malandragem, roubalheira, corrupção em nível das prefeituras que ainda temos na Bahia. É preciso varrer esses males para que o dinheiro que é desviado, roubado, sirva para a saúde pública e sirva para atender os interesses dos agentes de endemias e dos agentes comunitários de saúde. Esse é um grave problema que temos na Bahia e é preciso resolvê-lo com democracia, com participação, com consciência.

Vejo, não vou citar o nome de ninguém aqui, mas vejo com felicidade também em vários municípios que temos candidatos e candidatas a vereador ou vereadora, colegas de vocês, das diversas categorias. Isso também é um passo adiante porque revela que as categorias estão se comprometendo, inclusive oferecendo lideranças suas para poder lutar por isso lá nas câmaras de vereadores, em cada uma das 417 cidades que o nosso Estado tem.

Então, quero desejar a vocês o máximo de sucesso pela mobilização e reafirmar que a nossa Comissão de Saúde e Saneamento, que se reúne toda terça-feira, às 11 horas da manhã, está como sempre esteve aberta e disponível, assim como o meu mandato, para a luta de vocês. É só nos procurar como muitos de vocês já têm feito, usar o gabinete como certamente usam o do deputado Zé Neto. Somos nós dois os que mais tratamos dos agentes de endemias e os comunitários aqui na Assembleia Legislativa, mas outros talvez possam se interessar também. Essa é uma luta em aberto que precisa da adesão e do apoio de todos os partidos políticos, se possível, mas, principalmente, daqueles que têm de fato, filosoficamente, um compromisso a favor da saúde pública.

Esta Casa já teve comissão de saúde completamente composta por médicos e nunca foram discutidos assuntos como, por exemplo, esses que vocês levantam. Então, a comissão está quebrando tabus, rompendo limites. Esta Casa, por exemplo, nunca discutiu política de odontologia em toda a sua existência. Só houve uma audiência pública para discutir a situação



da saúde bucal no Estado da Bahia, que foi realizada há duas semanas em quase 20 anos de existência da comissão. Então, nós estamos quebrando esses limites que havia anteriormente para podermos fazer com que esses temas que interessam ao povo da Bahia, no terreno da saúde, sejam aqui discutidos.

Um grande abraço a todas e todos vocês. Contem com o meu mandato, com a comissão à disposição da luta que é de todo mundo.

Muito obrigado.

(Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



4938-II

Ses. Esp. 19/09/08

Or. Manoel Jorge Silva Neto

Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às endemias.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Não posso esquecer de agradecer a todos as cidades que mandaram para cá suas representações e também não posso deixar de registrar a presença de Rose, do sindicato, lá de Feira, que trouxe a maior delegação; vi o empenho que os companheiros de Feira de Santana, meu amigo Paulão, fizeram para que tivéssemos aqui o evento que temos.

Quero agradecer, em nome de Rose, ao pessoal de Feira, a todos os companheiros e companheiras que se organizaram mesmo em tempos difíceis, as coisas não estão fáceis, e o tempo curto que tivemos para organizar este sessão, que é, de longe, a maior sessão realizada este ano nesta Casa e, sem dúvida, será a mais brilhante porque daqui tiraremos algumas definições, documentos, inclusive relatórios reivindicatórios para todos os setores pertinentes, desde a UPB, as secretarias, enfim, a todos os outros órgãos que dizem respeito à nossa causa.

Javier, como não fui ainda à tribuna, vou pedir para você presidir mais tarde.

Vamos agora ouvir inicialmente o Dr. Manoel Jorge da Silva Neto, procurador do trabalho e professor de Direito Constitucional da Universidade Federal da Bahia. Estava dizendo a ele: Que alegria! Nós estudamos na Universidade Federal da Bahia, e ele ficou no lugar de Marcelo Duarte, que foi nosso professor de Direito Constitucional. Então, é fazer do dever um prazer. Quero convidar Manoel Jorge para que, em 20 minutos, ...

O Sr. MANOEL JORGE SILVA NETO:- Eminente deputado, parlamentar estadual Zé Neto, proponente desta sessão especial para discussão dos temas relativos aos agentes comunitários de saúde e de endemias; eminente deputado estadual Javier Alfaya, em nome de quem cumprimento as lideranças que estão sentadas à Mesa, aproveito a oportunidade para agradecer pelo convite que me foi formulado para estar aqui nesta belíssima sessão especial e parabenizar pela proposta desta sessão especial porque é certo que nada se



obtem senão por meio de organização de categorias profissionais. E aliás, é isso o que tenho visto no âmbito da nossa atuação no Ministério Público do Trabalho.

Parabéns pela iniciativa e parabéns a todos os que estiveram e estão presentes nesta sessão especial, sendo certo que somente a coesão, a união levarão, não apenas esta categoria, mas todas as categorias profissionais do Brasil a um bom porto. Que bom porto é esse? É o porto da dignidade dos trabalhadores. Parabéns a todos os que estão presentes nesta sessão especial.

Mas eu gostaria de fazer uma referência, meu caríssimo deputado Zé Neto, a respeito de um dado que merece ser destacado quando nós observamos movimentos tão importantes como este que está acontecendo aqui e o destaque que eu gostaria de fazer inicialmente é que, quando nós pensamos a respeito das mazelas do nosso País, dos problemas que acontecem em nosso País, podem ter a certeza de que esses problemas passam necessariamente por aquilo que eu chamo de ausência de cultura constitucional.

O que é isso? É simplesmente o seguinte, é que nós, historicamente, não damos a importância devida a um texto primoroso que se chama Constituição Federal. É necessário que cada brasileira e cada brasileiro tenham em sua casa, como Bíblia da cidadania, a Constituição Federal, porque somente assim é que nós vamos ter a possibilidade de reconhecer a existência dos direitos básicos das pessoas, como são o direito à saúde, o direito ao trabalho, à previdência, ao lazer, enfim, só e só por meio do conhecimento e do que está na Constituição Federal.

Então, eu gostaria de fazer essa referência inicial exatamente para dizer a todos vocês e aos que estão aqui na Mesa também, que nada, rigorosamente nada, poderá acontecer no nosso País, em termos de melhoria das condições de vidas das pessoas, se não forem respeitados os comandos que estão na Constituição.

Agora, para isso, o que se põe como necessário? Que as pessoas saibam o que está na Constituição. É uma exortação, uma incitação e uma reflexão que faço e dirijo a todos vocês, já aqui fazendo a minha profissão de fé, porque como professor da Universidade



Federal da Bahia, não poderia deixar de aproveitar essa oportunidade para trazer a todos vocês a importância de um texto chamado Constituição Federal, a partir do qual nós vamos chegar a uma sociedade mais plural, efetivamente mais democrática, mais igualitária e, sobretudo, socialmente mais justa. Depende fundamentalmente de todos nós.

E quando eu falo em sociedade socialmente mais justa eu observo que em nosso País, embora o trabalho humano seja um elemento importantíssimo para a construção e desenvolvimento do país, a situação inversa se observa em termos de proteção e respeito ao trabalho humano. Parece que existe no Brasil uma lógica absurda de que as empresas podem e o Estado até também, descumprir as determinações inerentes à proteção do trabalho humano.

Por isso que, na condição de integrante do Ministério Público do Trabalho o que temos observado é que a questão relacionada ao descumprimento dos direitos dos trabalhadores já se converteu numa dimensão cultural no nosso País. Mas eu ouvi, certa feita, de um professor nosso, deputado Zé Neto, Cid Teixeira, professor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, que disse o seguinte: “Cultura não é, cultura está sendo”. Logo essa cultura pode ser afastada por meio de movimentos como este que está acontecendo nesta sessão especial aqui na Assembléia Legislativa. Então, mais uma vez, destaco a importância de todos neste momento.

E ao falar de proteção ao trabalho, eu não poderia deixar de registrar também que no dia em que me reuni com todos os agentes comunitários de saúde e de endemias que estiveram no Ministério Público do Trabalho, dali, conforme tinha informado a todos que participaram daquela reunião, cerca de 60 trabalhadores, nós informamos que diante das declarações e dos depoimentos que tinham sido articulados, iríamos instaurar o procedimento de investigação e iríamos promover a intimação dos órgãos envolvidos.

Estou, neste momento, aqui, publicamente prestando contas para dizer que o Ministério Público do Trabalho não apenas instaurou 3 procedimentos inerentes a enquetes do público como também todos os órgãos envolvidos já foram devidamente intimados pelo Ministério Público do Trabalho.



(Palmas)

E não poderia também deixar de registrar algumas questões que me parecem especialmente graves e que dizem respeito à atividade de trabalho dos agentes comunitários de saúde e de endemias. A primeira questão, que também já foi muito bem destacada por Ana Paula – a quem agradeço pelas referências elogiosas a minha pessoa e ao Ministério Público –, é que as portas foram abertas, estão abertas, e só se faz cidadania no Brasil abrindo-se as portas do Ministério Público e do Poder Judiciário brasileiro. (Palmas)

Quando foi feita referência à questão do concurso público, eu já tinha conhecimento dos fatos relacionados a concursos em algumas cidades do interior do Estado da Bahia. E disse na oportunidade que, antes de receber esse número mais elevado de agentes de combate a endemias e de agentes comunitários de saúde, já tinha recebido em meu gabinete alguns desses profissionais, quando lhes disse que, no caso particular daquele problema, não haveria como o Ministério Público do Trabalho atuar, tendo em vista que a vinculação do regime jurídico era ao regime jurídico municipal. Entretanto, a despeito disso, eu considerava muito estranho que algumas questões estivessem ou fossem inseridas, meu caro deputado Zé Neto, nesses concursos.

Vejam bem, a Constituição Federal, a partir de 1988, criou a regra do concurso público. Só que essa regra não é estabelecida de forma aleatória; ela se dispõe a estabelecer um procedimento para que a pessoa certa ocupe a função adequada no serviço público. Então não me parece correto, adequado, razoável, se promover a pergunta a respeito de temas que não guardam relação com a atividade dos agentes comunitário de saúde ou de combate a endemias. Não posso fazer uma pergunta de Física Quântica para quem está vinculado a uma atividade de prestação de serviços básicos de saúde. (Palmas)

E aqui faço referência não apenas à emenda constitucional nº 51, que alterou o art. 198, mas ao próprio art. 37-II da Constituição, que já fazia menção à necessidade de um concurso público atender à natureza e complexidade do cargo. Não posso utilizar critérios



idênticos para admissão no serviço público de pessoal que vai ocupar ou vai se ocupar de funções distintas.

Logo, essa forma de realização do concurso público ofende, de forma e modo escancarado, o art. 37-II da Constituição. E também uma norma especificamente dirigida aos agentes comunitários de saúde, que é a do § 4º do art. 198, que faz referência que esse processo seletivo será realizado de acordo com a natureza e complexidade das atribuições dos agentes comunitários de saúde e de combate a endemias. Logo, me parece, no mínimo, esquisito que se coloque pergunta ou exija conhecimento de informática a quem vai prestar serviço de saúde. (Palmas)

Também quero registrar que é com base nesse mesmo dispositivo que não vejo, sinceramente, fundamento jurídico para, por meio de uma portaria, estabelecer-se uma remuneração para uma categoria e não destinar idêntica remuneração à outra categoria que foi referida no próprio dispositivo constitucional.

Logo, a Portaria nº 1.234/2008, de acordo com a própria Constituição... a Constituição, quando menciona o processo seletivo simplificado, faz referência a ambas as categorias, aos agentes comunitários de saúde e aos agentes de endemias. Logo, norma de conteúdo administrativo, como é uma portaria, não pode, de jeito algum, descumprir o que está referido no art. 198 da Constituição. (Palmas)

Não poderia também deixar de fazer referência à questão da segurança e saúde, porque me parece paradoxal alguém que tem como obrigação funcional zelar pela saúde dos outros ter a sua própria comprometida. (Palmas) E tive a oportunidade de dizer a Ana Paula, na reunião no Ministério Público do Trabalho, que se houve doença contraída no exercício profissional, simplesmente não pode haver a exigência de exame médico para constatar exatamente aquela doença que foi adquirida no exercício profissional.

Ainda vinculado à questão da saúde no trabalho, não poderia deixar de registrar as preocupações, que não são só minhas, mas também do Ministério Público do Trabalho, e preocupação nacional, com respeito à prática perniciosa e doentia do assédio moral no



trabalho. É uma prática que se dissemina com uma amplitude enorme, tanto no contexto das empresas privadas, como no do serviço público.

Falo isso com tristeza na medida em que o Brasil é um País que experimenta a democracia, mas, infelizmente, não experimenta tanta democracia assim no contexto das relações de trabalho. O que se observa, vê-se a cada dia de modo mais acentuado e intenso é a formulação de exigências e um tratamento que é incompatível com a dignidade dos trabalhadores: humilhações, exigências vexatórias, carões dados aos trabalhadores frente a clientes, fornecedores ou outras pessoas que não guardam qualquer relação com o serviço. Tudo isso como prática reiterada leva ao assédio moral.

E o assédio moral, peço a atenção de todos, é tão pernicioso, faz tanto mal às pessoas... Certa vez, ouvi, caro deputado Javier Alfaya, uma figura de linguagem que nos pode descrever o que é o assédio moral. Imaginem o seguinte, apenas em tese - não façam isso, apenas em tese -, que se alguém pegar um sapo - isso mesmo, um sapinho - e colocar numa panela de água fervente, aquele bichinho vai pular mais do que milho de pipoca e vai conseguir sair da panela. Agora vejam o seguinte: se vocês pegarem um sapo, colocar numa panela de água fria e for esquentando a água aos poucos, até ferver, o bicho vai morrer cozido. Isso é o assédio moral nas relações de trabalho. (Palmas)

Então, com essa informação a respeito dessa prática, encerrando a minha conversa com todos vocês, quero lembrar de uma passagem de um autor que fez referência à seguinte idéia: “Nada se pode fazer na vida sem um mínimo de entusiasmo”. Aliás, entusiasmo foi algo que vi muito aqui.

Muito obrigado.

(Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



4939-II

Ses. Esp. 19/09/08

Or. Washington Couto

Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às endemias.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Agradecemos a brilhante palestra do Dr. Manoel Neto. Quero lembrar que iremos abrir 2 blocos de cinco perguntas depois da fala do subsecretário Washington Couto, para que a gente possa expressar um pouco o sentimento da plenária.

Então, quem quiser se inscrever, procure fazer isso agora. Serão dois blocos de cinco perguntas, e tenho que ser muito rigoroso nisso. Não vamos abrir mais do que 10 perguntas pelo adiantado da hora. Atrasamos no início em função de alguns participantes que estavam na estrada, eles chegaram, e as coisas estão andando bem.

Com a palavra o nosso subsecretário Washington.

O Sr. WASHINGTON COUTO:- Muito obrigado, Neto.

Gostaria de saudar a todos e a todas, os agentes comunitários de saúde, os agentes de combate às endemias, a Mesa em nome do deputado José Neto, o deputado Javier Alfaya, o nosso querido companheiro Josevaldo Gonçalves, o procurador que brilhantemente falou aqui para nós sobre a questão das leis, e é fundamental que tenhamos esse conhecimento, a Ana Paula, o Jamilton. Gostaria também de cumprimentar Lúcia Gutemberg, Roque, muito obrigado, Roque, pela consideração - nos conhecemos no Ministério da Saúde, eu trabalhando no Ministério no governo Lula, em 2003, e o Roque já há muito tempo na luta, mas naquele momento a gente teve uma grande aproximação -, o Edvaldo do Sindicas também, enfim, a todos vocês para quem vou fazer esta conversa.

Em primeiro lugar, quero me justificar, porque iríamos fazer uma apresentação, mas não vamos fazê-la como estava no *script* - seria naquela tela, pedimos que a desliguem, não vamos fazer. Resolvemos fazer uma apresentação diferente, acredito que será bem melhor a



gente fazer uma conversa franca, uma conversa olho no olho do que simplesmente a gente passar transparências.

Gostaria de começar, primeiro, valorizando as três grandes prioridades do nosso governo Jaques Wagner. O nosso governo tem como prioridade geração de emprego e renda, saúde e educação. Se fizermos um paralelo dessas três grandes prioridades do governo Wagner com as ações da Secretaria de Estado da Saúde, e neste momento justificar a não presença do nosso secretário Jorge Solla, que hoje se encontra em viagem, podemos ver claramente que nessas três prioridades às quais as duas categorias, tanto dos agentes comunitários como dos agentes de combate às endemias, estão intrinsecamente ligadas em primeiro lugar, na geração de emprego e renda. Se formos fazer um estudo, deputado, de um tempo para cá as categorias que vêm mais crescendo na saúde são a dos agentes comunitários e a dos agentes de endemias, e a grande luta realizada em todos esses anos foi pela geração de emprego e renda e não apenas pela situação de resolver um problema do processo do vínculo. O que os agentes comunitários e os agentes de endemias estavam fazendo é, justamente, aquilo que o nosso presidente Lula sempre fala: gerar mais emprego, dar condições melhores para a população, e essa prioridade está no nosso governo.

Se a gente olha a prioridade de saúde, esta também está totalmente relacionada aos agentes de endemias. A nossa luta é pela garantia do acesso à qualidade de saúde para todas as pessoas. O que sabemos em relação a essa área é que, para garantir saúde às pessoas, precisamos de quem trabalhe com a saúde; não podemos garantir saúde com equipamento de ponta de última geração, porque para tal precisamos de gente para operar os equipamentos. Não conseguiremos garantir saúde, mesmo com a descoberta da melhor vacina contra a pior doença que possa existir, se não tivermos pessoas que possam administrar, aplicar eventual vacina. Não vamos conseguir salvar saúde com os laboratórios farmacêuticos e suas fórmulas, ainda que com a descoberta de remédios para a cura de todos os males, se não tivermos pessoas habilitadas na administração dos medicamentos, cuidando para que os doentes sigam corretamente as prescrições médicas. Nós não vamos conseguir fazer saúde se não tivermos



pessoas na ponta que faça a relação da comunidade com todos os serviços, com todas as práticas dos cuidados da saúde individual e da saúde coletiva.

Então, a importância dos agentes também está nesse campo da saúde, mas também a extrapola, assim como a geração de emprego e renda, vai ao campo da educação, e o deputado Zé Neto foi brilhante quando falou que vocês muitas vezes são juizes de paz, psicólogos, são pessoas que ajudam outras que simplesmente precisam; o seu remédio é que ela escute ou veja o seu problema, ou uma informação muitas vezes de pessoas que não sabem ler, escrever e que naquele momento encontrou no agente uma pessoa de referência. E aí entra também o processo de educação.

A Secretaria de Saúde do Estado, mesmo não tendo a relação do vínculo direto com vocês, está atuando. Gostaria, de pronto, deputado e todos que estão na Mesa, de colocar já como um desafio, mas ao mesmo tempo como grande sugestão, já que existe um GT, é de que a gente possa incluir no grupo que está fazendo todas as edições dessa cartilha, aqui, todos os membros da Mesa com suas representações. Então, podemos incluir todo mundo, fazer essa inclusão de todas as pessoas, (palmas) e lançar um próximo número com todas as pendências.

Eu estava ali cochichando com Ana Paula sobre que muitas vezes nós estamos na gestão, sabemos das pendências gerais, mas não temos conhecimento da luta de cada um aqui no seu dia-a-dia. Certa ocasião, no gabinete do Dr. Jorge Solla, já era tarde, os amigos aqui de endemias de Salvador, devido a um processo seletivo que injustamente colocou requisitos difíceis de serem cumpridos ou até impossíveis, chegaram lá para conversar com o Dr. Jorge Solla.

E a partir do momento que paremos para escutar as reivindicações, começamos a mudar a política. A partir do momento em que ampliamos o diálogo, e o Governo e esta Casa estão de parabéns, o Javier que comanda a Comissão de Saúde, “pela primeira vez na história do País”, acho que o presidente fala tanto isso que a gente pega o cacoete, mas também na história do nosso Estado, estamos tendo aqui nesta Casa a prestação trimestral de contas da saúde. Estamos sempre mandando o convite. Josevaldo, que é também do Conselho Estadual



de Saúde, esperamos contar com assembleias lotadas como esta para a exposição do nosso secretário com relação à prestação de contas. Está feito o convite. Acho que esta pode ser, sim, uma das propostas. Estamos aqui para tirar propostas concretas. A primeira proposta concreta já pode ser esta: a inclusão de todas as representações que estão aqui no GT que cuidam da elaboração não só das propostas que estão na cartilha, mas da definição da política de “desprecarização” das relações de serviço que temos com os agentes.

Falarei sobre essa política de maneira breve, mas tecendo alguns detalhes. Em primeiro lugar, quando assumimos o governo em janeiro de 2007, o que encontramos? Uma baixa cobertura do Saúde da Família, uma baixa cobertura também da política dos agentes comunitários quando desvinculada na sua área de abrangência do Saúde da Família.

Tivemos, durante esse tempo, uma não-valorização dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de endemias com relação aos seus direitos, principalmente aos direitos trabalhistas. Colocamos a política estadual de “desprecarização” de todas essas mazelas como uma política prioritária. Aprovamos no Conselho Estadual de Saúde essa política no sentido de que o Estado pudesse fomentar, ou seja, induzir, conscientizar os municípios para as suas responsabilidades com os trabalhadores. Tivemos grandes ganhos. Tenho certeza de que a maioria de vocês está ciente disso, mas saímos, logo no início do governo, de pouco menos de 30 municípios que estavam com esses vínculos já regularizados para mais de 300 municípios, que contam hoje com todas as leis elaboradas, aprovadas e com vínculo estatutário ou celetista já vigorando.

Sabemos que a luta é muito grande. A partir do momento em que regularizamos as funções, o cargo dos agentes de endemias e dos agentes comunitários, logo depois, quando garantimos a forma do vínculo, surgiu o problema da seleção pública. Os agentes de controle de endemias foram os mais prejudicados. Acho que merece reforçarmos um pouco o que a Ana Paula colocou. Surgiu um pouco do quê? Vamos defender a lei, tem que se garantir a ordem. E o nosso procurador aqui colocou o que a lei realmente garante. A lei, porém, deixou um grande



vazio, mas podemos fazer alguns ajustes nessa lei desde que tenhamos a força necessária para mostrar que esses ajustes também são necessários.

A política de “desprecarização” que a Bahia vem implementando desde 2007, e o Josevaldo disse, é hoje referência para o Brasil. Estivemos agora na III Mostra Nacional de Saúde da Família, e essa cartilha, com todos os seus defeitos, com todos os itens que ela ainda não consegue contemplar, foi hiperdisputada. Temos de valorizar nossas conquistas, e aí não devemos olhar para trás. Temos ainda Estados, inclusive, naquele chamado Sul Maravilha, para o qual todo o mundo tem olhos. Infelizmente, esquecem-se do Norte e Nordeste, nós temos ainda cidades, temos ainda estados que não estão cumprindo o que a lei está exigindo, de dar aos agentes o vínculo desprecarizado, a condição de estar desenvolvendo o seu trabalho sem correr o perigo do assédio moral, sem correr o perigo de serem utilizados como cabo eleitoral, de correr o perigo de, muitas vezes, não ser liberado para vir numa atividade como esta, porque se vai cortar o ponto, vai perder o emprego, vai ser perseguido. Então, essa nossa grande vitória, aquilo que a Bahia já conseguiu, nós não podemos nos esquecer, mas também não podemos achar que tudo isso está bom demais e que a luta acabou. Eu concordo, Lúcia, que a luta não acabou, está começando no novo patamar, começando em novas relações.

O governo do Estado não pode ser visto e também não vai enxergar os agentes como aqueles que estão a prejudicar o serviço, muito pelo contrário. Se as políticas, hoje, de saúde, principalmente de atenção básica... porque o agente comunitário também faz política de média e alta complexidade, a partir do momento em que ele, no zelo do seu trabalho, leva até as pessoas que estão precisando, que não têm como se deslocar, a marcação de um exame de tomografia, por exemplo. Mas a gente sabe que o agente comunitário, que é quase 100% de atenção básica pelas suas funções, ele tem o papel também de garantir a situação de saúde. E nós não podemos perder o nosso horizonte, nós temos muito a trilhar, incorporando o agente comunitário e o agente de combate às endemias lutas das outras categorias que clamam por aumentos. Temos também que enxergar essa categoria como a que merece, como todas as outras da área da saúde, condições de tocar o seu trabalho.



Eu já fui secretário municipal e sei das dificuldades. Quando fui secretário em Vitória da Conquista e acompanhei o Dr. Jorge Solla lá, nós conseguimos uma forma, não vou dizer de driblar a lei, porque temos que cumprir a lei, mas nós contratamos os agentes comunitários, pela Consolidação das Leis do Trabalho, para garantir que esse trabalhador pudesse receber os seus direitos e naquele momento nós não tínhamos os direitos garantidos como os temos hoje. Fomos atrás de soluções junto com a população dos agentes para resolver o problema. E hoje ainda temos alguns problemas na nossa rede, são problemas sérios de saúde também para os trabalhadores em Saúde. Devemos resolvê-los com a participação de todos. Para isso, nós conclamamos os agentes comunitários, os agentes de endemias para que possam ser incorporados ao grupo, para que possamos ter propostas concretas para resolver esses problemas e para que possamos, também, unidos conseguir o acesso à saúde da nossa população.

Alguns números que estavam na nossa apresentação e que resolvemos retirar da nossa proposta inicial. Olhem bem, o incentivo, que é uma grande demanda, vocês tem uma reivindicação para que o incentivo estadual, o que o governo do Estado, o qual estou aqui a representar, ele possa fazer vá direto para os agentes comunitários. O que temos a dizer: quando entramos em janeiro de 2007, tínhamos um incentivo estadual de saúde da família, que contemplava apenas os municípios com uma população inferior a 100 mil habitantes. Nós tínhamos um incentivo que era desembolsado de três em três meses, e um incentivo que tínhamos já, vamos dizer, uma defasagem dos seus valores. O que o governo do Estado fez? Ele aumentou esse incentivo, que passou de R\$1.114,000 por equipes do Saúde da Família para R\$1.500,00 por equipe de saúde da família. Nós incluímos todos os municípios, todos os 417 municípios baianos no incentivo, e nós estamos a repassar o incentivo mensalmente. Saímos, deputado, de um valor de 24 milhões 652 mil reais em 2006, e no ano de 2007, no primeiro ano, nós já repassamos para os municípios 41 milhões de reais para o incentivo estadual em saúde da família, e só até agosto deste ano nós já repassamos mais de 29 milhões de reais do incentivo estadual para o saúde na família.



Muitos podem até perguntar: mas o incentivo, - Josevaldo falou nisso aqui - vai para a equipe e muitas vezes o gestor discrimina o serviço do agente, - existe essa discriminação, infelizmente,- do agente e também dos agentes de controle das endemias que tem que ir nos recursos da Vigilância, e muitas vezes não há o repasse de forma real, quer seja nos seus salários, quer seja nas melhores condições de trabalho, nos seus equipamentos, quem sabe também no controle das doenças, da sua ocupação no trabalho de agente e o Saúde do Trabalhador tem que estar atuante e, muitas vezes, esse incentivo não chega, efetivamente, a vocês.

Então, eu tenho a dizer que nós podemos, também, rever o incentivo estadual. Nós temos que cumprir a lei, mas nós podemos ter a oportunidade, também, de fazer as mudanças necessárias.

A mensagem que o Dr. Jorge Solla me incumbiu de trazer até vocês é de que nós estamos abertos a qualquer tipo de mudança, desde que seja discutida de maneira responsável, prezando pela ética, sem hipótese alguma de ferir o direito de qualquer um de vocês, mas também, principalmente, de ferir o direito à saúde da nossa população.

Então, o que a gente espera é que nesse diálogo nós podemos, sim, levar as coisas que são espinhosas, que muitas vezes o gestor e o nosso governo não faz isso, e esta Casa está dando a prova, também, de que não foge a esse processo de discussão. Nós vamos, sim, levar esse tema do incentivo estadual que muito aflige a vocês, que se precisa de recursos pra dar garantia também a suas famílias de saúde, educação, de moradia.

Então, o que queremos nessa oportunidade é ter esse diálogo franco. O que queremos nesta oportunidade é abrir esse processo de discussão e dizer pra vocês que nós temos algumas metas, e aí é pra encerrar mesmo, deputado: 1º – aprovar a lei em todos os municípios baianos, nós não vamos arredar pé dessa grande meta. Nós vamos desprecarizar 100% de todos os agentes, vamos exigir o processo de desprecarização em todos; vamos formar todos os agentes comunitários de endemias em parceria com os municípios que detêm o vínculo; gerar os novos empregos, e esperamos até metade do próximo ano gerar mais 4 mil



novos empregos; lançar o kit dos agentes com camisa, com colete, com bolsa, boné, distribuir aos municípios para que se repasse também aos agentes...

(Palmas, muitas palmas.)

(...) e também um compromisso, procurador, de ser mais atuantes na saúde do trabalhador, garantindo com isso saúde e segurança.

Sabemos que não adianta só chegar aqui e falar, mas sabemos que nós temos que chamar os municípios para esse grande debate.

Muito obrigado.

(Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Vou pedir ao deputado Javier para que presida aqui quando eu for falar na tribuna.

(Lê) *“Deputado José Neto, nós, ACs de Barra do Mendes pedimos a sua ajuda para sairmos do fundo do poço, com o nosso salário de 381,00, contratados sem direito a nada. As cidades vizinhas já resolveram efetivar os seus ACS e o nosso prefeito não dá atenção para nós. De já agradeço, confiando na sua competência.*

Muito obrigado pela competência. Depois vou passar isso, em mãos, para o sub-secretário, Washington Couto, que vai forçar esse debate que já tem sido feito, inclusive, nos municípios.

Olha, muitos municípios, uns 30 ou 40, eu ligo para lá, mas não dão atenção. Sola, Washington, liguem para o prefeito falando com ele que tem um monte de convênio do governo do Estado que pode ser ampliado, melhorado; que a relação entre o município e estado deve a cada dia ser aprimorada; dá uma ligadinha aí, Washington, para que esse cara tomar tenência, tino. Muitas dessas coisas estão sendo resolvidas assim até aqui. Não resolveu, vai para cima com o Ministério Público.

Passo a presidência desta Mesa ao deputado Javier Alfaya, porque farei uso da tribuna.

(Não foi revisto pelo orador.)



4940-II

Ses. Esp. 19/09/08

Or. Zé Neto

Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às endemias.

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Com a palavra o deputado Zé Neto.

O Sr. ZÉ NETO:- Eu vou presidir as perguntas, e quando eu estiver fazendo isso eu não posso mais me envolver com respostas. E tem umas coisas que tenho que falar daqui mesmo da tribuna.

(Lê) *“Deputado Zé Neto, gostaria que o senhor relatasse, de todos os agentes da CE que estão presentes, se têm consciência de que na greve do ano passado, feita pela categoria, o ponto dos agentes comunitários do distrito de Brotas foi cortado. Mesmo a greve tendo sido legal, até hoje não receberam esse dinheiro de volta; e que o incentivo de 2006, do ano passado nós não recebemos. Empresa responsável: FBBC.”*

Passo para o sub-secretário Washington para ver se ele consegue resolver.

Pessoal, primeiro é aqui desta tribuna que falamos todos os dias, aqui é a plataforma dos debates no dia-a-dia do calor desta Casa.

Eu não vou falar muito tempo, esse momento das perguntas é o mais importante.

Gente, uma das coisas que eu acho porreta quando eu saio pelo interior é que a gente chega na casa dos agentes, das agentes e sempre tem uma galinha cozida, uma carne do sol cortadinha com tomate vermelho, esse carinho é que faz com que a gente jamais esqueça... são pequenos detalhes, mas detalhes que dão... vocês não sabem o amor, o carinho, a emoção que eu tenho quando recebo vocês aqui, quando eu vou ao interior.

Eu estou com essa história há 17 anos, não é isso? Lúcia, quantos anos tem aquela Associação? Dezesete anos a primeira Associação. Eu, recém-formado e a gente montando um sonho, montando umas coisas que não sabíamos que seriam tão grandes, tão importantes para a vida das pessoas, que seriam tão fortes para a vida da gente.

E aí mandaram primeiro um bilhete, olhem que coisa porreta dos agentes:



(Lê) *“Deputado Zé Neto, muito obrigado pelo evento, mas gostaríamos de saber a contrapartida do governo do Estado.”* (Palmas). O Secretário já respondeu mais ou menos ali. Depois mandaram outro bilhete, de Seabra:

(Lê) *“Deputado Zé Neto, parabéns, entretanto, além do plano de saúde e melhorias salariais precisam preparar e capacitar os ACS e os ACE com formação profissional de nível superior e de nível técnico, exigindo do município cursos e seminários de capacitação.”*

Minha gente, é o seguinte. Vamos sair daqui hoje, primeiro, com um relatório do que fizemos, com os posicionamentos muito claros da Secretaria da Saúde, para retomar este debate dentro do governo, que é um governo que está aberto ao diálogo, mostrou isso, e não vamos perder esta oportunidade. Isso é a primeira coisa e, em cima, inclusive, da própria fala do subsecretário, que fala em nome do secretário Jorge Solla.

A outra questão é que, neste debate, vamos ter que envolver os municípios, através das representações, da bipartite aqui dentro da secretaria e retomar novamente, o que já fizemos em outros anos, em outras épocas, com os companheiros muito perto de nós, e outros tantos, que são os encontros regionais, para que, de cada encontro, irmos vendo em que pé estão as situações de cada município. Esse é outro aspecto.

Outra definição que acho que daqui tem que sair, com a Febax, a confederação e com os sindicatos, e aí estou colocando à disposição o mandato, a assessoria jurídica, eu próprio, como advogado que fui e sei mais ou menos como é esta situação que precisa ser resolvida e pedir também o apoio da Procuradoria do Trabalho, e junto ao Ministério Público e à própria Justiça, quando for necessário.

Vamos buscar as duas questões que acho cruciais. Uma, é acabar definitivamente com essa história de que ainda faltam municípios para regularizar. Temos que, com essa história de Barra do Mendes e outras tantas, e isso tem que ser no Ministério Público, e a outra, fazer as ações para que nós, onde já tínhamos o pagamento de encargos sociais e que veio com a chegada dos recursos da portaria, esses encargos sociais voltem novamente a ser pagos pelos municípios e esse dinheiro da portaria acresça salário e acresça encargos sociais



em todos os municípios.(Palmas). Esse é um outro aspecto. Temos que trabalhar isso no vetor político, mas também no Ministério Público, com as ações próprias, alegando a irredutibilidade.

Outro aspecto que acho importante e que não percamos de vista. Temos aqui o presidente da Comissão de Saúde, o companheiro Javier, que tem sido um companheiro muito leal neste debate, muito leal no dia-a-dia, na luta de vocês e de outras tantas aqui da saúde. Temos aqui que, nos municípios, lembrar que não apenas essas duas questões, mas uma questão que acho fundamental em cada município que já reconheceu e já garantiu a portaria, vocês são funcionários públicos e, deste momento, temos o passado e o presente e, no presente, vocês já têm anuênio, vocês já têm, daqui a pouco, quinquênio, vocês já têm os direitos regulares de cada categoria.

Então, é bom saber, dentro das Câmaras Municipais, se haverá um reconhecimento pelo menos nos últimos 5 anos, como vai ficar o passado, e esse debate tem que ser tratado, mesmo em nível de acordo, com os municípios.

A questão da insalubridade, que às vezes colocamos um pouco de lado, esqueçam, mas os municípios, eu digo unanimemente, têm que ter pelo menos esta responsabilidade de pagar em todos os municípios da Bahia, com o gestor pagando a insalubridade dos agentes, que acho que tem que tirar de qualquer conta. É da conta do município e temos que fazer esta luta para que, em todos os municípios, consigamos, pelo menos isso do gestor, com responsabilidade direta dele, o pagamento da insalubridade, em todos os municípios, para todas as companheiras e todos os companheiros agentes comunitários.

Daqui, deve sair uma definição de todas as pastas que estão na Mesa e, por fim, algumas coisas que são elementares. Vocês agora são categoria. Categoria vocês sempre foram. Agora, são categoria profissional.

Vou ler: “Feira de Santana trouxe à Casa plenária mais de 250 ACs, porque esperamos que sejam levadas adiante essas discussões e que sejam concretizadas as respostas, hoje. Contem conosco. Rose, presidente”. Conte conosco também, Rose. Tenha certeza de que



nós, ao nos vermos, a boa conversa é a boa luta. Não há boa luta sem um bom encontro. E um bom encontro é que faz a boa luta, porque, no bom encontro, fazemos a dimensão do tamanho do nosso exército. Esse é o exército que temos, e ele mostra todo dia que é muito maior do que pensam.

Temos aqui um outro debate. Independente das discussões que temos no Estado, vocês são categoria. Lá no município tem de haver todo ano uma discussão com o prefeito dentro da categoria geral do município ou especificamente, como no caso do bloqueador solar. Esta é uma discussão da categoria no município. Vocês terão todo ano uma convenção. Agora, estamos numa outra fase. Quem já tem portaria e já é funcionário municipal terá de discutir com o prefeito todo ano, na convenção do município. Quero, inclusive, fazer uma cartilha para colocar em cada cidade, em cada associação, em cada sindicato, através do próprio mandato, para mostrar quais são os direitos básicos de todo servidor, independente da nossa carreira. Anualmente, vocês terão uma convenção para discutir questões específicas de cada município. Em cada município há questões específicas - por exemplo, locomoção. Há alguns municípios que usam carro, há outros que usam bicicleta, em outros há questões relacionadas a situações do próprio município.

Como categoria, em cada município - é bom que coloquemos isso para vocês, não que vocês não saibam - precisamos atualizar as nossas caminhadas. Isso é importante, Rose, para que todos os sindicatos tenham condição de entender que daqui para a frente é Sindicato, Associação discutindo com o prefeito anualmente as questões específicas relacionadas com o bloqueador solar, com o transporte, com o dia-a-dia do município.

Voltarei à presidência. Quero mais uma vez, não me canso de dizer isto, agradecer o empenho de vocês, a força que vocês têm, mas é acima de tudo, minha gente, que digo isso de coração.

Estive na Chapada Diamantina, e uma mulher lavava panelas num rio que passa pelo fundo da Chapada, em Itaju do Colônia. O rio estava sujo, o esgoto batia dentro do rio, cheio de algas, e ela lavava as panelas com três filhos pequenos. Perguntei-lhe: você tem quantos



anos? Ela me disse: tenho 22. Quantos filhos você tem? - perguntei. Ela disse: tenho 4. Tem água em sua casa? - perguntei. Ela respondeu: não, senão não estaria aqui. Eu lhe disse: perguntei porque poderia até ter faltado água. Ela disse: não tem água lá em casa, a água que a gente se abastece para alimentar, para lavar a roupa, para lavar as panelas é deste rio. E eu perguntei a ela: e o prefeito não vem aqui? Ninguém passa por aqui? Ela disse: aqui, meu senhor, só quem passa é o agente comunitário. Esse passa aqui sempre para dar orientação para a gente.

Isso mostra claramente o quanto é importante, Washington, o quanto é grande, o quanto é valiosa a contribuição dos agentes na vida dessas pessoas. Espero que a gente consiga fazer com que o Água para Todos, que é um projeto do governo do Estado que já trouxe água potável a 1 milhão de pessoas na Bahia, chegue a todos os lugares, mas com o fortalecimento desta categoria para que a gente possa ensinar ao nosso povo mais a cada dia e garantir-lhe saúde e uma vida melhor.

Parabéns a todas e a todos que aqui estão. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



DL-02

Ses. Esp. 19/09/08

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Primeiro bloco de perguntas. Com a palavra o Sr. Enádio. (Palmas) Vocês tem 2 minutos para formular a pergunta.

O Sr. Enádio Nunes Pinto:- Boa tarde a todos. Gostaria de cumprimentar a Mesa e a iniciativa do deputado Zé Neto, cumprimentar também o deputado Javier Alfaya, que sempre abriu as portas de seu gabinete para nós, da Comissão de Agentes de Endemia de Salvador, reivindicarmos nossos direitos.

Deputado Zé Neto, gostaria de lhe pedir, se possível, para estender um pouco o tempo. A Mesa colocou algumas coisas que nós, da Comissão de Agentes de Endemias de Salvador, e gostaríamos de passar a todos. Peço-lhe mais uma vez para estender um pouco o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Fale.

O Sr. Enádio Nunes Pinto:- Gostaria de parabenizar também todos os agentes comunitários que aqui se encontram e em especial a todos os agentes de endemias. (Palmas)

Vou falar um pouco dessa categoria sofrida. O agente de endemias quando bate numa porta, não sabe o que está por trás dessa porta. Às vezes, é assédio sexual, muitas vezes ele está exposto a trabalhar em locais de tráfico de drogas, ele está exposto a cair de alturas, a mordedura de cães e gatos, mas nada é feito.

Falou-se aqui em união entre agente comunitário e agente de endemia. Vamos unir? Vamos, mas primeiro vamos reparar. Eu vou falar aqui de Salvador que é de onde eu tenho conhecimento. Aqui em Salvador, os agentes comunitários conseguiram ao longo de toda essa luta: gratificação anual, que é o incentivo, alguns distritos conseguiram protetor solar e capa de chuva, vale-transporte que não recebiam e passaram a receber e tíquete-alimentação. Eu pergunto: nós de endemias recebemos o quê ao longo desse tempo? Cobranças e mais cobranças, perseguição e mais cobranças. Então eu digo: vamos unir? Vamos, mas primeiro



vamos reparar. Nós trabalhamos onde? Em PAs, Pontos de Abastecimento e Pontos de Apoio. Onde é que ficam esses PAs? Embaixo de escadas, dentro de banheiros.

Deputado, componentes da Mesa aqui presentes, nós de endemias somos uma classe muito sofredora, porque ao longo desse tempo sofremos muita discriminação. Tudo em princípio é para os agentes comunitários - nada contra os colegas comunitários - mas assim, nós de endemias...

O Sr. PRESIDENTE(Zé Neto):- Enádio, deixa eu lhe pedir só uma coisa. Olha, eu vou estender o seu tempo, aliás já estendi. Mas você não pode ser repetitivo porque nós fizemos o seguinte: na Mesa colocamos representações de todo mundo, inclusive duas representações de endemias muito bem postadas e falaram algumas coisas que você falou. Só quero que você seja breve para que a gente tenha condição de ouvir mais alguém de endemias, tem outro bloco com gente de endemias também, para que ouçamos a todos. só isso. E faça a pergunta.

O Sr. Enádio Nunes Pinto:- Tudo bem. Deputado, eu queria mais uma vez pedir a colaboração do senhor porque não será pergunta...

O Sr. PRESIDENTE(Zé Neto):- Estou dando a colaboração.

O Sr. Enádio Nunes Pinto:- (...) é o projeto da Comissão dos Agentes de Endemias.

Olha só, os agentes comunitários recebem essa gratificação. Nós da Comissão dos Agentes de Endemias, juntamente com o vereador Reginaldo Oliveira, aqui de Salvador, lançamos um projeto agora que é a criação de uma GAE – Gratificação por Atividade Endêmica. Essa atividade que a gente exerce no local em que há tráfico de drogas, expostos a assaltos. Então o que é que acontece, nós queremos o apoio do senhor para que isso se estenda para todo o Estado, que todo o agente de endemia receba essa gratificação. Porque nós, agentes de endemias, trabalhamos nessas condições e não temos nenhum apoio.

Portanto gostaria que todos os agentes de endemias abraçassem essa luta, e GAE já, Gratificação por Atividade Endêmica. Não podemos mais deixar que isso aconteça. Também



queria pedir que o senhor abraçasse a questão do concurso que rola em Salvador com toda essa situação. (Palmas)

Gostaria de fazer uma denúncia e que o senhor a registrasse: em Salvador, até hoje, ocorreu 1 óbito por dengue, mas de leptospirose foram 7. O combate à leptospirose em Salvador está parado há quase 2 anos.

(Alguém do Plenário se manifesta dizendo que há mais de 2 anos.)

O Sr. Enádio Nunes Pinto:- Muito obrigado, colega. Já o combate à dengue não pára. Mesmo com botas assim, olhem (O Sr. Enádio mostra o solado da sua bota), com a bota desse jeito, certo? Sabem por que o combate à dengue não pára? Porque 99,9 das pessoas que morrem em Salvador por leptospirose moram no subúrbio, em locais precários. Mas a dengue não, pessoal, a dengue mata todo mundo, quem está lá no Alto do Itaigara, quem está no Alto de Ondina ou quem está lá no subúrbio ferroviário.

Então gostaria de deixar essa denúncia aqui para que seja apurada. Porque nós agentes de endemias gostamos de *reggae*, mas não comemos *reggae*! (Palmas)

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE(Zé Neto):- Vamos ouvir o Jovenildo que também faz parte da Comissão dos Agentes de Endemias.

O Sr. Jovenildo:- Bom-dia , companheiras e companheiros, quero parabenizar a iniciativa do deputado Zé Neto. Gostaria de dizer que, infelizmente, 2 minutos não é quase nada, não é? Mas quero parabenizar a iniciativa porque a democracia está sendo exercida aqui no momento, mas também gostaria de dizer que, infelizmente, 2 minutos são quase nada, mas quero parabenizar a iniciativa porque a democracia está sendo exercida aqui neste momento. Mas também gostaria de dizer que não se faz democracia com barriga vazia. É uma ferida que está em todo o brasileiro, no trabalhador, no desempregado e enquanto isso não for corrigido nós vamos sofrer com a falta de democracia.

Quero pedir desculpas ao deputado pelas vaias que foram dadas, infelizmente ele não se faz mais presente, pedir desculpas à Mesa porque as vaias são a expressão de uma



revolta que já vem dentro do nosso peito; esse dito sindicato tomou decisões sem nunca apreciar a categoria. Eu tenho dignidade, já passei fome, sou pai de família como muitos colegas aqui; fui chamado de ignorante, hoje nós temos dívidas impagáveis com uma Instituição chamada Santo André, porque esse cidadão aqui fechou acordo às escondidas. E não é assim que se exerce a democracia nem se representa uma categoria.

É uma insatisfação geral de agentes comunitários e agentes de endemias. É como o companheiro falou: unir, sim, mas reparar primeiro. O concurso foi feito em cima dessa cartilha que foi elaborada sem ouvir a parte mais interessada que é o trabalhador. Nunca se ouviu o trabalhador, e nós queremos participar, porque esse é o princípio básico de uma democracia. A democracia emana do povo e em seu nome tem que ser exercida; eu, como pai de família, honrado que sou, e a maioria aqui também, estou falando por eles, fico grato, pena que o tempo não é o bastante, mas esse é o meu recado.

Outra coisa: há um provérbio indiano que diz: “É preciso gostar do que faz para não precisar trabalhar.” Aqui está uma prova de trabalhadores que gostam do que fazem, e aqui não tem nem um terço da categoria.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- A Mesa está anotando as perguntas e os questionamentos. Quanto a essa questão da cartilha o subsecretário vai colocar o seu posicionamento.

Paulo Cerqueira, ACS, Liberdade.

O Sr. Paulo Cerqueira:- Gostaria de saudar os nossos colegas agentes comunitários de saúde e agentes de endemias e também a Mesa que está aqui presente. Quero dizer que estou muito feliz por essa iniciativa do deputado. Hoje nós temos uma referência como o deputado federal Walter Pinheiro, acredito que já estamos tendo referência em nível estadual, deputado Zé Neto. Sou agente comunitário de saúde há 10 anos pelo distrito sanitário da Liberdade. Quando começou aqui em Salvador esse trabalho, esse programa bonito de agentes



comunitários de saúde, graças a Deus fui contemplado e tenho prazer em ser agente comunitário de saúde.

A questão é a seguinte, senhores: nós assinamos um contrato com a Prefeitura de Salvador, quando fomos absorvidos pela TAC, há mais ou menos 2 anos, e até hoje não temos a cópia desse contrato. Nós queremos que o Sr. Procurador Regional do Trabalho responda essa pergunta.

A segunda pergunta é a seguinte: Todos os anos recebemos o incentivo salarial, mas, infelizmente, no ano de 2007 ainda não recebemos e nós queremos resposta em relação a isso.

Outra pergunta também que eu gostaria que fosse respondida, que é a questão da identificação do ACS – agente comunitário de saúde – dentro das comunidades. Não temos nenhuma identificação, sequer um crachá. Andamos em áreas superperigosas, onde o tráfico permanece e prevalece, e nós precisamos de uma identificação. Então, gostaria que essas perguntas fossem respondidas de maneira bastante objetiva.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Muito bem, Paulo, estamos anotando aqui. Estou lembrando que vamos ouvir 5 pessoas, depois passaremos à Mesa para respondê-las.

O próximo, Natanael Barbosa.

O Sr. Natanael:- Boa-tarde, companheiros e companheiras, sou Natanael, da cidade de Piritiba. Desde quando colocaram para experimentar o ACS na Bahia., já passei por várias experiências de PITS e outras mais.

A minha pergunta é a seguinte: fiquei indignado quando foi aprovado em meu município, conforme está na cartilha, a lei referente ao ACS que diz ser um regime estatutário. Só que lá no meio aparece a CLT. Se é um regime, não pode ser outro; é preciso corrigir isso. Um regime não pode ter outro, ou seja, estatutário é estatutário, celetista é celetista. Está na lei. (Palmas)

Esse foi um protesto, agora é a pergunta: nós, ACS de Piritiba, estamos tendo descotado, há 12 anos, o nosso INSS. Após a aprovação da lei, disseram que somos ACS a



partir de agora. E o desconto que foi feito e não foi repassado, como fica? Os 12 anos de desconto? Responda por favor.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Próximo. Eliedete Carneiro. Eu pedi 5 nomes e colocaram 6. Vou conceder a palavra a 6 neste bloco. O deputado Javier pediu para avisar que tem de sair porque tem um horário de viagem.

Eliedete Carneiro, ACS de Feira de Santana.

A Sr^a Eliedete Carneiro Carneiro:- No município, quando a gestão é plena, é o prefeito quem responde por tudo. Então quero saber se todos esses recursos que são passados pelo governo federal para o agente comunitário têm de vir escrito: governo federal x governo municipal; governo estadual x governo municipal? Tem de vir detalhando que aumento tal, que incentivo tal é para os agentes comunitários? Porque no nosso caso o aumento não é repassado, segundo o prefeito, porque não vem esclarecendo que esse dinheiro é para tal coisa. Como é esse negócio? Essa explicação tem que vir de lá para cá, especificado, ou nós vamos sempre sem esse incentivo, porque chama de repasse que está vindo ilegal, de maneira não esclarecida. Como é que fica essa resposta? Eles querem uma prova. Explique esse negócio aí.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Entendi. É porque alguns municípios dizem assim: “É porque o dinheiro chegou mas não está especificando nada para a gente, aí vou usá-lo no custeio”. Mas custeio é um geral, não é salário. Isso aí Washington vai responder. Até peço que a gente direcione mais, citando fulano e beltrano. Neste bloco dá para resolver isso, mas no próximo vamos ver se conseguimos concentrar.

Ângela Batista, ACS de Nazaré.

A Sr^a Ângela Batista Batista:- Em primeiro lugar, boa-tarde a todos os colegas. Eu gostaria de perguntar sobre o que está acontecendo no município em que atuo. Lá está acontecendo o seguinte: na luta dos agentes comunitário de saúde – nada contra os meus colegas –, eles conseguiram direitos que realmente são nossos também. Ao procuramos o gestor, ele alega que o repasse não dá para cobrir o grupo de endemias. Pergunto: até que



ponto isso é verdade, e o que eu posso fazer para que os nossos direitos sejam exercidos dentro do meu município.

Obrigada.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Respostas. Vamos passar, primeiro, para o secretário; depois para o nosso procurador. Se alguém da Mesa quiser falar algo, me diga, porque depois dos dois, uma coisa rápida. Vamos concentrar mais nos dois, que estão sendo palestrantes.

O Sr. Washington Couto:- Para facilitar, vou começar de trás para a frente.

Ângela. É o seguinte, os recursos de endemias são encaminhados pelo Ministério da Saúde, e também isso acontece quando há incentivo estadual, para a conta da Vigilância. Então, essa desculpa que o município está dando de que não tem recursos não cabe.

O companheiro Paulo levantou para falar sobre a questão do contrato. Existe também um contrato de trabalho de vocês com o município. Nesse contrato, além das obrigações que vocês têm para com o município e a comunidade, também constam os seus direitos.

Então, com relação a dizer que não veio incentivo, que não existe recursos, isso não cabe. O município tem que destinar aquilo que está no contrato. As nossas lutas, ou seja, as lutas de vocês, nesse caso, agentes de controles de endemias, têm que ser feitas ano a ano - foi o que o deputado Zé Neto falou - no processo de suas convenções, no processo da reunião dos sindicatos que os representam, para fazer a defesa sobre qual vai ser o aumento de sua remuneração, quais os incentivos, se vai existir ou não gratificação, quais os equipamentos de trabalho. Tudo isso tem que ser colocado.

Então, não cabe isso de o município dizer que o dinheiro não veio, que o dinheiro está em outro local.

Idem para a pergunta de Eliedete Carneiro, de Feira de Santana. Também não cabe, em Feira, dizer que não estão esclarecidos os recursos que foram para os agentes comunitários de saúde. O agente comunitário recebe um recurso. Há o recurso de R\$ 581,00, que é



repassado vezes o número de agentes comunitários. Então, existem municípios que pagam mais do que esse valor, o que está correto. E existem municípios que não estão corretos ao pagar um valor inferior. Quando digo o correto, não estou dizendo o correto pela lei, mas pela transparência, pela forma democrática de agir com os seus agentes.

O meu entender é que tem que haver uma valorização das categorias dos agentes comunitários e agentes de endemias. Essa valorização não pode ser de boca: “Ah, vou valorizar você”, está tudo bonitinho e ficar por isso mesmo.

O que a gente coloca aqui é que não cabe essa história de dizer que o dinheiro chegou, mas está meio confuso, que não temos esse recurso ou que o recurso não veio. O dinheiro está indo, tanto por parte do governo estadual como do governo federal. O município é que deve dizer o que está fazendo com o recurso destinado ao agente. Muitas vezes, utilizam o dinheiro dos governos estadual e federal e não colocam um tostão sequer para dar conta dos agentes comunitários e dos agentes de controles de endemias. Isso não cabe.

A pergunta do Natanael. Veja bem, a lei deixou a brecha de ser estatutário ou celetista. A definição do vínculo, e eu estou aqui a representar o governo do Estado, de como vai ser feito - Josevaldo também pode falar um pouco, porque é conhecedor da lei -, optou-se por dar a opção entre um regime ou outro. Mas eu vou deixar para Josevaldo também aproveitar e falar um pouco sobre isso.

O desconto do INSS. Eu não sei se o procurador pode falar. Você nos falou que foi feito o desconto anterior e não houve o recolhimento. Houve o desconto. Tudo bem. Quem entende do assunto vai falar. Paulo falou algumas coisas das contratações. O nosso procurador da cópia dos contratos vai estar falando da identificação. Duas coisas que você perguntou, primeiro, do incentivo salarial, depois, perguntou também da identificação do agente comunitário. O governo do Estado está preparando o que estamos colocando como *kit*. E, aí, vamos colocar, existem duas pessoas aqui, da Atenção Básica, que estão nos ajudando hoje. Vou passar para elas para que nesse *kit* também possamos colocar outras identificações além do colete, do boné, da camisa, que possamos também incluir no *kit* essa sugestão que você está



dando e que outros também já fizeram anteriormente de ter outras identificações, como uma identidade, alguma coisa que possa estar priorizando, lembrando que é uma demanda que cabe ao município, mas nós, como co-gestores, também não vamos fugir à responsabilidade e vamos levar sua proposta para incluir no *kit*.

O incentivo salarial é aquilo que falamos. Vamos abrir o debate para que todos estejam comprometidos com isso. Então, todos que têm representação aqui vão ser convidados, mas eu não poderia deixar de passar- e quem falou foi Jovenildo- e dizer que essa cartilha contou com diversas organizações e representações.

A cartilha, e estamos propondo ampliar o número de representações para construirmos uma nova edição com algumas demandas que vocês estão colocando, teve a presença da CUT, do COSEMES e de todas as instituições, como ADAB, DIVEP, da secretaria, da Escola de Formação Técnica, da FEBACS, do Ministério Público Estadual, do Ministério Público do Trabalho, do Sindicato dos Agentes de Combate a Endemias, da superintendência, da UPB, enfim, nós temos uma representação.

Agora, mesmo que você discorde que essa representação não está representando os colegas ligados a vocês, a nossa proposta é de ampliar, incluir todos os que estão nesta Mesa, ampliar e fazer um novo processo de discussão. Esse é o compromisso do governo do Estado e que nós vamos cumprir, não vamos ficar apenas na promessa. Vou passar para o comando da Mesa.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Dr. Manoel, vamos andar um pouco mais rápido. Nas próximas falas, eu peço mais rapidez, porque a Casa tem um limite de tempo e já me cobraram tempo, por causa da televisão que está transmitindo ao vivo e existem outras coisas que acontecem, por isso é preciso mais celeridade.

O Sr. Manoel Jorge:- Vou dar uma rápida resposta a essas perguntas. O deputado Zé Neto, que foi meu contemporâneo na faculdade, combativo idealista nessa época, combativo idealista hoje, sabe que nós aprendemos com o professor Rodrigues Pinto e o professor Washington Trindade alguns direitos básicos dos trabalhadores. Entregar o contrato de



trabalho firmado pelo trabalhador, antes de ser um direito, atende a uma idéia lógica, porque, se é um contrato, eu preciso saber quais são as minhas obrigações e quais direitos eu tenho e até mesmo para examinar se existe alguma determinação ou alguma inclusão no contrato que possa ser prejudicial aos trabalhadores e a adoção das providências devidas. Então, é um absurdo que o contrato de trabalho não seja entregue ao trabalhador, porque o trabalhador tem o direito e o empregador a obrigação de fornecê-lo.

Quanto à identificação dos agentes, o que também foi trazida por Paulo Cerqueira, quero expressar que essa identificação, de acordo com o que foi aqui registrado, é mais importante ainda no caso dos agentes de combate a endemias e comunitários de saúde, tendo em vista a necessidade de segurança desses trabalhadores. Inclusive já foi dito aqui que policiais fazem uso da farda desses trabalhadores para o encarceramento de marginais que ficam naquela localidades. É absolutamente necessário. A identificação dos agentes, portanto, é absolutamente necessária.

Outra questão trazida por Natanael é se os municípios têm a prerrogativa para escolher o regime estatutário ou celetista. É claro que deve optar por um ou outro. Não pode haver uma mistura entre o regime estatutário e o celetista, ou é um ou é outro. Escolhido o regime estatutário, é completamente estranha a inclusão de referências de regimes celetistas.

São essas questões que eu gostaria de pontuar.

O Sr. Josevaldo:- Até agosto do ano passado existia a emenda 19 que permitia que o município onde tem o regime celetista ou era estatutário poderia usar os dois. Então, muitos municípios fizeram seus projetos baseados nessa situação. Em setembro, quando o Supremo derrubou a emenda 19, nenhum município pode mais contratar, a não ser se for estatutário. Se o regime for celetista, celetista, como é o caso de Salvador e Itabuna.

Respondendo à questão da colega de Feira sobre o que aconteceu na questão do incentivo. O Ministério da Saúde não deixa claro se esse incentivo é para salário ou para custeio de encargos sociais. Mas o Conselho Nacional de Secretários Estaduais e Municipais de Saúde mandou uma recomendação para os municípios dizendo que esse dinheiro é para



encargos sociais. Foi um erro da diretoria da Atenção Básica ter mandado também – assinado por Solla – uma recomendação aos municípios ratificando essa intenção. Nos municípios que estavam negociando um valor maior, ele retroagiu com essa recomendação. Então foi o que ocorreu e está na mente dos gestores.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Segundo bloco. Eliane Santana.

A Sr^a Eliana Santana:- Boa-tarde à Mesa, boa-tarde aos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias.

A pergunta que quero fazer aqui, que está na mente de cada um dos agentes de combate as endemias de Salvador: fizemos um concurso público que está embargado. Quero saber por que está parado e até quando, porque estamos esperando e quero saber de vocês como ficará a situação dos agentes de combate às endemias. Participei, tenho sete anos na campanha, sou agente de combate às endemias, vou às baixadas e vou a prédios, converso com as pessoas na baixada, lido com todos, seja lá quem for. Com todas as pessoas de todas as classes, procuro desenvolver minha função, assim como todos os colegas aqui presentes.

Queremos saber se as pessoas que participaram do concurso, que passaram na primeira lista, que se dizem universitários, que fizeram faculdade, se essas pessoas vão pegar uma sacola de mais de dez quilos, vão descer e subir escada, vão lidar com o povo comum do mesmo jeito como estamos acostumados a fazer. Quero saber até quando esse concurso vai estar parado e vamos ficar “a ver navios”, vamos ficar para trás.

Gostaria de saber o que estão fazendo a respeito disso.

(Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Obrigado, Eliane.

Há uma coisa que pediram aqui: Deputado Zé Neto, gostaríamos de sugerir que no próximo encontro esteja presente um representante de UPB e do Cosems também - vou até ver se não foi convidado - para que nessa reunião de grupo de trabalho a gente vá avançando. Mas está claro isso aí que UPB e Cosems irão participar dos próximos encontros. Fica aqui acatado esse chamamento.



Com a palavra o Sr. Russo, ACE, Salvador.

O Sr. Russo:- Boa-tarde a todos. Boa-tarde à Mesa.

Meu nome é Walter Bitencourt, popularmente conhecido como Russo, sou agente de endemias. É o seguinte: fiquei sabendo também que a maioria dos colegas daqui de Salvador não veio porque esse representante que estava aqui, que saiu daqui envergonhado, disse que se o povo viesse que iria cortar o dia, e disse também que isto aqui era coisa política. Esse cidadão que estava aqui, o Sr. Edvaldo, que é representante do Sindicato.

Então é o seguinte: prejudicado que fui pelo concurso, procurei o Sindicato porque muitos colegas me disseram que Edvaldo falou a eles que não iria fazer mais nada. Aí, eu procurei o Sindicato. Quando cheguei ao Sindicato, falei com Edvaldo: Edvaldo, tenho 44 anos de vida, tenho dois filhos para dar comida, eu queria ver o que o senhor poderia fazer com o categoria aí. Ele virou para mim e disse: rapaz, é o seguinte: o sindicato não tem nada a ver com o agente de endemias.

Então, volto a repetir, o pessoal da Frente Transparência sempre procurou abrir a nossa mente e a gente sempre deu as costas, inclusive eu. Hoje estou na frente também com a Transparência. Peço aos colegas, vamos abraçar essa causa, essa guerra é de todos. A Frente Transparência não quer aparecer, não. Vamos unificar os agentes de endemias junto com os agentes comunitários. Não é dizer que os agentes comunitários estão na frente, não. Os agentes comunitários estão junto com a gente. A carteira deles não está assinada pela prefeitura. Ninguém deve ficar falando dos agentes comunitários. A minha esposa é agente comunitária. Adoro os agentes comunitários, tenho um elo de amizade com eles.

Peço a vocês, nós agentes de endemias, o pessoal da Frente Transparência sempre quis abrir a nossa mente. O que está acontecendo hoje é o que a Frente Transparência falou há cinco anos, e o Sindicato nunca fez nada pela gente, nem pelo agente de endemias nem pelo agente comunitário. Ele está procurando puxar a sardinha para o lado dele. Ele procurou chamar todo mundo lá nas Mercês para apresentar uma candidata dele, ele está querendo fazer campanha eleitoral. Aqui não é campanha eleitoral, é coisa séria, junto com o nosso deputado



Zé Neto, com o pessoal do Ministério Público, ninguém aqui é criança. A Frente Transparência está aí, estamos na luta pela anulação do concurso.

(Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Misael Filho, Acajutiba.

Depois da fala de Misael, tem a de Jacira e a de Ana Jara. A gente ouve as duas, na fala delas elas se despedem e depois a Mesa se despede para a gente ganhar tempo.

O Sr. Misael Filho:- Quero dar um boa-tarde a toda a Mesa e a todos os presentes. Queria fazer uma pergunta ao sub-secretário da seguinte forma: em todos os encontros da Federação sempre foi citado que os gastos dos agentes de saúde de endemias seria por meio tripartite, ou seja, arcados pelo governo federal, estadual e municipal. Alguns agentes de saúde aqui já foram recebidos e acolhidos pelos prefeitos. Então supomos que esses agentes de saúde estão sendo bancados pelo governo federal e o municipal. Mas a única coisa que até agora percebo que foi dada pelo governo federal aos agentes comunitários de saúde foi a cartilha da despreciação, ajudando na melhor forma de contratação dos agentes de saúde.

O senhor citou que a partir do ano que vem será feito isso, espero que não fique só no papel, porque quem esteve em Brasília também lembra que o governo Lula vestiu o colete dos agentes de saúde e disse que os agentes não se preocupassem que ele arcaria com todos os gastos para a contratação dos agentes comunitários de saúde. E a gente percebe que não houve só isso, foi jogado para o município, certo, com a ajuda do governo federal. Agora, espero que o governo estadual também. Não 3 vezes ao mês, mas o ano todo.

Agradeço. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Misael é ACE, de Acajutiba.

Vai falar, agora, Jacira Brito, de Valença.

A Sr^a Jacira Brito:- Boa-tarde, queria saudar a Mesa na pessoa do Sr. Roque, que é nosso conterrâneo.

Queria saber sobre o concurso, a continuação da seleção pública. Um pouco do que a colega falou aqui é que essa seleção pública, de acordo com a cartilha, foi criada para



beneficiar os agentes que trabalham há mais de 10 anos. Houve a prova de títulos, e nessa prova de títulos...

A maioria dos agentes tem uma média de escolaridade de ensino de 1º Grau, aliás, de Ensino Fundamental. Então, com essa seleção, muitos universitários farão essa prova, e, lógico, terão notas melhores. Agora, se na cartilha, a prova de títulos para os agentes que têm apenas o Ensino Fundamental e que estão há mais tempo trabalhando, mas que na hora do concurso não passam, como já tem acontecido na maioria dos municípios...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Seu cargo é agente de endemias, não é?

A Srª Jacira Brito:- Sim, endemias.

Por que os títulos, na hora da contagem dos pontos, não são obedecidos antes da segunda etapa? (Palmas) Por que a maioria das pessoas que passou, hoje, alcançou a média, no máximo, de 7 para cima, e os que tiveram nota 5, 6, 6 e meio, não foram computados os pontos. Então, que vantagem tem esse pessoal com esses títulos para promover os que já estão trabalhando hoje, para que não saiam com uma mão na frente e a outra atrás, sem direito a nada? Esta é a minha pergunta.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Muito bem, Jacira.

Agora, vai falar a Ana Jara.

A Srª Anajara:- Boa-tarde a todos os presentes, vou-me ater só ao assunto, não vou ficar cumprimentando muita gente. Gostaria de ser direta no assunto, sem muito cumprimento. Em relação à situação, pelo que todos falaram aqui, pude constatar que já é do conhecimento de todos a situação-problema da categoria.

Gostaria de pedir desculpar aos ACS. Sou ACE de Salvador, e mais uma vez estou aqui presente e pude constatar que fomos usados mais uma vez para fazer contingente para solução de problemas dos ACS dos municípios vizinhos.

Quero dizer também que não temos uma reunião como esta. Gostaria de até propor que o representante do Ministério Público e o outro representante tivessem uma reunião com os ACE de Salvador para que a gente pudesse explicitar a nossa situação-problema, que são:



desrespeito do sindicato, e desrespeito em relação à prova que a gente fez. Fizemos o concurso, e como a colega já explicitou, está parado, não temos nenhuma posição e não temos a quem procurar, por isso não estamos bem representados na Mesa. Uma única colega nos representou na Mesa.

Então, gostaria de dizer o seguinte: já que todos sabem da situação-problema e estão sempre discursando aqui, gostaria de que no próximo encontro fôssemos poupados dos discursos e que passassem para nós a solução para a nossa situação, porque é isso que queremos. Porque estamos indignados com a situação que estamos vivendo. (Palmas)

Por fim, gostaria de agradecer e pedir desculpar aos ACS que estão aqui presentes pela minha indignação. Mas é porque toda vez somos usados. Mandam a gente vir para cá, dizendo que vão dar respostas aos nossos problemas, e a gente chega aqui e não encontra nenhuma resposta para os nossos problemas: só ACS, ACS, ACS.

Os ACE estão sendo desrespeitados o tempo inteiro, não temos o protetor solar, que os ACS têm, não temos fardamento, não temos instrumentos de trabalho, não temos nada! Temos cobrança e exigência! (Palmas)

Estamos há 2 anos sem férias...

(O Plenário grita palavras de ordem: “Queremos solução! Queremos solução!”)

A Sr^a Anajara:- Então, o que a gente quer, realmente, é solução.

Eu gostaria de ressaltar, mais uma vez, que estamos há 2 anos sem férias e não sabemos a quem perguntar como ficam as nossas férias, porque o trabalhador precisa de férias, porque ele precisa cuidar da sua própria vida e do seu descanso. Certo? (Palmas. Muitas palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Pessoal, quero registrar que aqui nesta Mesa há representação da ACE. Devo até dizer que a representante dos ACEs foi uma das pessoas que mais trabalhou para convocar os seus companheiros; na verdade, das 10 pessoas que falaram, 6 são ACEs.



Este encontro – vou especificar porque, às vezes, as pessoas não estão muito sintonizadas com o que está acontecendo – é estadual, é para discutir a conjuntura estadual, e vocês fazem parte disso. A nossa resolução é fazer, no que for possível, a nossa parte, tanto que convidamos e convocamos todos.

O pessoal de Salvador talvez não me conheça, mas quem trabalhou para que constasse no texto os ACEs fui eu e Walter Pinheiro – e isso desde o passado, há 6 anos, quando Lúcia ainda era da Federação –, quando eles nem tinham organização nenhuma. Por que não tinham? Porque não tinham culpa do processo todo de degradação na contratação. E, infelizmente, enquanto estavam sendo feitas contratações por seleção, uma boa parte dos ACEs, uma grande maioria, estava sendo contratada por interesse político, indicado por fulano e beltrano, sem nenhuma seleção.

Isso gerou dificuldades? Gerou. Isso tem de ser resolvido? Tem. Agora, irmã, eu ouço tudo, mas sou do seu movimento, e aí não tem história. Da mesma forma que sou deputado para estar na companhia de vocês – e não quero que ninguém me chame nem de deputado nem de doutor, porque não preciso –, quero também dizer que, como companheiro, não aceito a crítica de que vocês não foram chamados, porque você está aqui falando o que quer, diante de uma Mesa que tem representações de forma equânime.

E quero lhe dizer: a sua luta é minha tanto quanto a dos agentes comunitários. E acho que os companheiros vão ter de nós, podem ter certeza, a atenção do tamanho da organização de vocês. Cada dia que se organizarem, tenham certeza, esta Casa vai estar aberta. (Palmas. Muitas palmas)

E quero dizer, Anajara, como já disse a Washington, que feche uma reunião específica com os ACEs, para que lá, no fórum próprio, as questões municipais sejam colocadas.

Mas isso é da democracia, e você está de parabéns. Pontuei algumas questões que precisam ser esclarecidas, porque, às vezes, as pessoas não ouvem. E quero dizer que aprendi



uma coisa grande com esses agentes: somos do tamanho que podemos, e vocês estão podendo mais na medida em que estão se organizando.

Com a palavra o nosso procurador.

O Sr. Manoel Jorge:- Respondendo às perguntas com relação ao INSS, é óbvio que se há o desconto, deve haver o recolhimento. Aliás, existe a lei federal nº 8.137 que estabelece o seguinte: se houver o desconto e não houver o recolhimento, esse comportamento é crime. Ou seja, além das providências de natureza administrativa, cível e trabalhista, há também repercussão de ordem criminal, na medida em que esses gestores devem ser responsabilizados criminalmente, questão relacionada à competência do Ministério Público Estadual ou do Ministério Público Federal, conforme o caso.

Quanto ao concurso que foi mencionado aqui por Eliane, quero pedir a compreensão de vocês para não emitir um juízo de valor sobre essa pergunta, não dar uma resposta, porque esse processo se encontra conduzido por outra colega, outro membro do Ministério Público. E eticamente não é adequada a conduta de emissão de um juízo, de uma resposta sobre um processo que não está comigo.

A outra questão também mencionada aqui por Jacira Brito, que é agente de endemia, eu a recebi em meu gabinete, conversamos, e quero dizer que não me sinto, Anajara, com todo respeito, respeitando profundamente a sua manifestação... Alguém disse, foi Voltaire: *Não concordo com uma palavra do que disse, mas defenderei até a morte o seu direito de dizê-la*. E eu digo que, graças a Deus, cada palavra, cada referência que faço está legitimada por minha atuação de fato. Tanto é assim que segunda-feira, se for do desejo desta categoria, estarei disponível para recebê-los no Ministério Público a partir das 17 horas. (Palmas.) Já recebi inclusive no meu gabinete agentes de endemias, como foi o caso de Jacira Brito.

A sua observação, Jacira, deve ser resolvida da seguinte forma: o administrador, gestor municipal, deve ter sensibilidade e chegar à seguinte conclusão. O que vale mais: um título universitário ou anos de prática na função de agente de endemias ou de agente comunitário de saúde? Parece-me lógico que a segunda alternativa é a resposta que o



administrador deve dar. Anos de prestação de trabalho devem valer mais como título do que um diploma universitário. Olhem que estou muito tranquilo para falar porque tenho um diploma universitário, que, muitas vezes, não leva o indivíduo para a conquista de postos de trabalho como se espera.

Acredito que neste caso os títulos devem ser sopesados, equilibrados com ponderação para evitar que pessoas que historicamente sempre estiveram nessa linha se ponham com o necessário aproveitamento delas.

E quero aproveitar o meu último momento aqui para agradecer, mais uma vez, ao deputado Zé Neto e a todos, inclusive àqueles que nos cobram. Estamos aqui porque entendemos que deve haver a cobrança e o Ministério Público do Trabalho de sua parte está realizando, tanto que estamos à disposição dos agentes de endemias e dos agentes comunitários de saúde para quando for necessário.

Segunda-feira, às 17 horas, os agentes de endemias podem ir à Procuradoria que serão recebidos no auditório.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Dr. Washington...

(Manifestação da platéia sem identificação da oradora.)

A Sr^a Anajara:- Estou me posicionando com relação a Salvador . Nós, agentes comunitário, os CEs de Salvador, não fomos convocados para essa reunião, estamos aqui por conta própria.

O Sr. Manoel Jorge Silva Neto:- Não houve convocação do Ministério Público para as categorias envolvidas. Eu recebi o advogado com a informação de que havia necessidade de uma reunião e designei para menos de uma semana a reunião. Não houve convocação do Ministério Público para essa reunião.

A Sr^a Anajara:- Eu estou respondendo porque a convocatória de Salvador, quem fez fomos nós, “a frente da transparência”. Fomos em todos os país e entregamos...

(Várias pessoas falam ao mesmo tempo.)



(...) espere aí, meu amor, você é de qual distrito? De Brotas. Eu estive.

(Várias pessoas falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- ACEs, eu quero pedir uma coisa: Anajara falou, está esclarecendo, agora, peço o seguinte: não é possível esse nível de discussão, eu quero terminar bem a plenária. É assim que vocês querem se organizar? Eu acho que não é assim. Bola no chão, – uma coisa é democracia, outra coisa é estar junto de todo mundo – agora eu tenho que ser autoridade. Vou pedir a vocês que se manifestem. Todo mundo se manifestou em todo momento: de 10 pessoas, 06 falaram, todos do nosso lado, vamos trabalhar juntos, esclarecer. Agora, não vou permitir nenhuma forma de desorganização no final de sessão.

Vamos continuar muito bem, vou pedir a vocês moderação, porque eu sei muito bem como funciona isso e sei quais os interesses que estão nisso. Não sou menino!

Sub-secretário Washington Couto.

O Sr. Washington Couto:- Em primeiro lugar, responder às perguntas, vejam bem: o Russo falou do sindicato que não responde, pelos seus direitos; outras pessoas aqui colocaram. Olha bem, gente, vou ser bem transparente, posso até sofrer críticas quanto a isso, mas nos cabe fazê-lo da melhor maneira possível para ficarmos em paz.

O que estamos percebendo aqui é que, infelizmente, está havendo um processo de desunião, que está gritante. Primeiro, alguns declaram: não tenho nada contra os agentes comunitários não, mas os agentes comunitários ganharam isso, isso, e isso. Isso não vai levar a lugar nenhum, na minha opinião. A luta é de vocês, a organização são vocês. Nós, gestores, vamos dar o apoio. Agora, uma categoria ficar falando da outra não leva a nada. Não vai-se conseguir nada com isso.

(Palmas, muitas palmas.)

Infelizmente, eu fiquei aqui o tempo todo percebendo muito bem isso, parece que são vários segmentos dentro dos agentes de controle de endemias e eu fiquei na minha, escutando, porque não me cabe. Mas eu não consegui, tive que falar isso agora. Pelo amor de



Deus! Como é que vamos nos reunir? Vamos convidar quem? Porque não se conseguiu convidar um distrito, não se conseguiu convidar um representante de sindicato...

Por exemplo, você, Anajara, falou que a gente nunca recebeu... Um dia, à noite, cadê Nádia, Russo, Ana Paula, sem convocação nenhuma, foi lá com um grande problema da seleção pública – pedir ajuda ao secretário, o secretário foi pra representação. Então, eu acho que antes de colocar a público isso, - muitas pessoas já deve ter saído, não escutaram nem a minha resposta, acho que têm que ter a informação precisa.

Gente, o gestor não ganha nada ficando contra vocês. Nós não somos malucos de dizer que somos contra a luta de vocês. Pelo amor de Deus! Isso é o primário do primário. Claro que somos a favor.

Temos pendências? Temos pendências, sim. Por exemplo: Jacira, aqui, colocou: não é justo que tenha prova de títulos depois da prova escrita. E aqui na cartilha está dizendo o seguinte: na segunda etapa, que aí ela pede para ser na primeira, está dizendo o seguinte: vai ser considerado o tempo de experiência do profissional, anterior, a carga horária de participação em atividade dada pela secretaria municipal. Está aqui, mas só que dona Jacira não concorda com isto ser depois da prova, ela quer que seja antes. Tudo bem, senta o grupo e vamos mudar para ser antes, não tem problema nenhuma, entendeu dona Jacira? Nós não temos problema nenhum quanto a isso, é só o grupo sugerir nós checamos se tem algum problema com a lei, e então muda-se o processo seletivo. Lembremos, gente, que isso aqui é uma cartilha de orientação. Muitos municípios, infelizmente, pegam isso aqui e escondem, põe debaixo da gaveta e não segue nada. O Estado está tentando fazer um esforço, a gente precisa estar ao lado de vocês, mas, também, vocês ao nosso lado, ou não conseguiremos, juntos, mudar o município.

Infelizmente, houve o erro de não termos aqui a representação do município, mas o próprio deputado Zé Neto falou que nos próximos encontros vamos ter também o município para responder muitas perguntas.



Eu gostaria de finalizar, deputado, com o que Misael colocou. Olhe bem, Misael, porque não houve transparência, não deu para mostrar, e eu sei também que você vai discordar de uma parte do que vou falar, não do todo.

O Estado, agora, repassou 41 milhões o ano passado, e só nesse ano 29 milhões aos municípios no incentivo do Programa Saúde da Família, ou melhor dizendo, da estratégia. A grande luta de vocês, que mais uma vez vou colocar aqui, é que fale desses 1.500 reais que são colocados por equipe de saúde da família, que é transferido mês a mês, quanto cabe para o agente, quanto cabe para o médico, quanto cabe para o fisioterapeuta, portanto, se for essa a demanda e se for factível, se for possível fazer, vamos fazer, não tem problema. E se for dessa forma, pegar a equipe, ratear tudo e dizer que todo mundo vai receber um valor? Será que isso é comportamento de equipe? Mas, se for, porque às vezes temos que tratar aqueles que são desiguais de maneira desigual, se a lei tem que chegar ao ponto de dizer ao secretário municipal e à equipe de saúde o quanto cada um deve receber de cada incentivo que vem, nós vamos fazer, não tem problema nenhum. (Palmas)

O que eu estou pedindo a vocês é que se organizem. Tudo bem, se têm problemas, qual é o sindicato que representa, qual não é, reúnam todo mundo, façam uma grande convocação, temos que usar o termo, “lavem a roupa suja”, mas não vamos ficar uns contra os outros, e a gente viu isso aqui claramente. Nós, governo do Estado, mesmo com todos os defeitos, com todas as falhas, com anos e anos, infelizmente, de muita repressão, de muitas ações que não levaram a saúde à frente, mas nós estamos também, Renato, tentando reparar, e você usou muito esse termo da reparação; também nós, do Estado, estamos tentando reparar.

Agora, cada um aqui guarde o interesse do seu grupo, coloque-o numa caixa, feche-a muito bem, lacre e vá para um lugar desprovido de qualquer sentimento de ódio, de rancor, de necessidade, e fale: vamos sentar aqui, a gente sai daqui organizado, porque, pelo que eu estou vendo, se não for dessa maneira nós vamos ficar numa luta interna, um bocado de demanda externa e sem organização, porque o outro lado está muito bem organizado. Se vocês forem parar para pensar, é isso que está acontecendo. Ok?



Muito obrigado a todos, estamos à disposição. Recebi até recadinho aqui dizendo: oh, não se reúna mais com o Sindacs. Olhe bem, a gente está para receber todo mundo. Eu percebi que boa parte do que está aqui não concorda. A gente vai ter que ver uma maneira de ter, realmente, quem representa quem. Enquanto isso não chega, infelizmente, vamos estar abertos a todos. Marcando a reunião, nós vamos para escutar e esperamos muito, de coração, que a gente tenha uma organização bem feita, bem construída por vocês e esperamos que com isso venhamos a contribuir.

Muitíssimo obrigado mesmo, em nome do Dr. Jorge Solla nós agradecemos mais uma vez e estamos à disposição de todos.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Eu quero agradecer à Mesa, a todos os presentes, mas quero encerrar dizendo que a memória é a melhor arma contra a opressão. Eu tenho boa memória, estou com 44 anos, Tive importantes aprendizados em minha vida e muito aprendi nas derrotas, porque as vitórias são boas, mas as derrotas nos ensinam muito. As vitórias são fruto das derrotas. Ninguém é vitorioso sem dificuldade. Ninguém é.

Oito anos atrás, quando era de uma precariedade a contratação de agentes de endemias, que não era de endemias, era de combate à dengue ainda, era uma confusão de nomenclatura, esses sindicatos, essas organizações que construíram uma federação, e estive presente, fizeram um núcleo de organização do tamanho que é hoje e que ainda tem muito a fazer, temos muito a fazer. Tivemos todos os obstáculos de um caminho difícil, mas também tivemos grandes vitórias, muitas vitórias.

A vitória maior, nossa, dos agentes comunitários da Bahia, do Brasil, mas na Bahia, especificamente, foi ver que pessoas como eu, como Lúcia, que muitas vezes tivemos divergências ideológicas partidárias, mas ela foi muito feliz numa coisa que colocou aqui e vai ter sempre meu respeito. Falou que na hora em que a gente se reunia para discutir o que era comum, as divergências ficavam de lado.

Oito anos atrás, quando os ACS que hoje são ACS nem tinham imaginação de que iam ser ACS, os sindicatos já como federação faziam com que esses fossem chamados como



foram chamados na emenda 51, sem um grau de organização maior, e foram contemplados com uma luta que na grande parte, quem realizou, foram os agentes comunitários e há de se fazer justiça nisso. (Palmas)

Nossa luta, e vou dizer isso a Najara, porque senti em você, minha amiga, uma coisa que é importante ter na vida. Você tem vigor, e você tem um vigor bom, como vi alguns companheiros mais jovens do que eu com muito vigor também. Esse vigor extraordinário, mas essa mesma força que nos constrói com vigor, pode nos destruir com vigor, e é preciso ter cuidado em algumas colocações, porque essa reunião, quando convidou os agentes de endemias e agentes comunitários e que quero fazer justiça aqui e muita justiça. Essas duas companheiras que estão aqui. Ana Paula e Edna, o que fizeram nesses dias, porque não tivemos muito tempo. A pauta daqui estava apertada.

Por que tínhamos que fazer as eleições? Porque aqui, minha amiga, ninguém precisa usar ninguém, e eu, principalmente. Conhecemos de perto e isso aqui tenho na pele. No dia em que trair os agentes comunitários, estou traindo minha história de vida, porque já vivi, já sustentei minha vida pessoal como advogado, trabalhando lá, quando nem pensava e nem sonhava em ser político.

Então, sei a entidade com que trato, essa turma de amigos e amigas, e sei o que é chegar numa casa no interior e ser recebido na cozinha para comer uma galinha feita na hora, pois ninguém nem espera que eu esteja na casa e me trata como alguém da família. Eu sei o tamanho disso, meu irmão. Então, aqui nesta Mesa, tenho certeza de uma coisa. É um momento histórico extraordinário, porque é uma grande reunião feita dentro de um governo que pode ter falhas. Ou vocês pensam que a gente vai arrumar o que está desarrumado a vida toda em um ano e meio?

Não vai. Mas estamos tentando fazer uma coisa e já estamos conseguindo muito, que é fazer um diálogo mais franco, um diálogo mais limpo, um diálogo honesto e um diálogo colocando as dificuldades. Quando o companheiro colocou aqui sobre o repasse, então não ouviu o que Washington disse. Porque ele disse que está se fazendo o repasse hoje, que é pelo



menos quase o dobro do que se fazia antes. Não está chegando no agente, ninguém fechou a porta e não vou fechar essa discussão. Vou para cima discutir.

Vamos sentar com a Rosene, vamos sentar com a UPB e vamos sentar, principalmente, nos nossos municípios, e aí é organização, é encontro, porque não admito alguém dizer que esses encontros não dão em nada. Porque sem esses encontros, sem ver olho no olho, sem tocar no companheiro, sem saber o que está acontecendo lá embaixo, sem que esta Mesa tenha ouvidos, as coisas não acontecem e eu posso dizer com tranquilidade.

Por esse curso da história toda que vivemos, temos muito que aprender. Mas esses agentes têm muito o que ensinar, a mim e a quem está chegando na luta. Vocês têm que vir para a luta, porque hoje aqui, a sua fala tem que ser ouvida, e nós, quando chamamos esta reunião, era o contrário. Era chamar vocês para uma luta que já está muito mais encaminhada mesmo do que a de vocês, tenham vocês como aliados e que a gente vai entendendo que tanto o agente comunitário de saúde como o agente de endemia, trabalham na tensão básica, trabalham na prevenção, no cuidado. Aquele menino e aquelas meninas que estavam lá no rio, de que falei agora há pouco, no interior, jogados, tinham como única assistência os agentes comunitários, porque lá os agentes de endemia estão com dificuldade. Queremos que vá o agente de endemia, que vá o agente comunitário e que todos entendam essa fraternidade que Lúcia pregou, que Ana pregou, que Edna pregou, que Josevaldo pregou, que todos nós, desta mesa, pregamos e que tem como referência do que chamo de luta limpa o nosso companheiro seu Roque. Jamilton está aqui também, é uma figura que tem um trabalho prestado à categoria. Tenha condição de entender isso, minha amiga. Estou pegando você como referência. Achei que foi muito importante a sua fala, porque deu margem a que limpássemos a área.

Quando tratamos as coisas com transparência, quando tratamos as coisas com honestidade, qualquer fala é bem-vinda. Aí, a gente esclarece e diz: “A luta continua.” Obrigado pela presença de vocês. Há muita coisa a se fazer. (Palmas) Dia 25 de outubro, já está marcada a reunião do Grupo de Trabalho com as partes da mesa na Secretaria de Saúde para discutir os temas. Quero dizer a vocês o seguinte só para encerrar: com relação ao nosso



mandato, juntamente com as pessoas aqui, quero conversar depois na mesa, vou deixar à disposição da Federação, da Confederação o que já fizemos no passado. Deixar modelo de representação na questão do INSS, para municipalmente se fazerem as representações ao Ministério Público, estabelecer novamente a questão da regularização do INSS do tempo que foi recolhido e a questão da irredutibilidade para a gente fazer o que já tinha feito com o INSS, com outras questões na Bahia toda. Obrigado. Que Deus ilumine vocês na volta! Valeu! Foi muito bom. (Palmas)